

Departamento de Informática
Faculdade de Ciências
Universidade de Lisboa

Análise e Design de Sistemas de Informação 2005/2006

Trabalho Prático

Relatório – FINAL

Grupo - 15

23914 – Pedro Sousa
26506 – António Baptista
26600 – Ricardo Marques

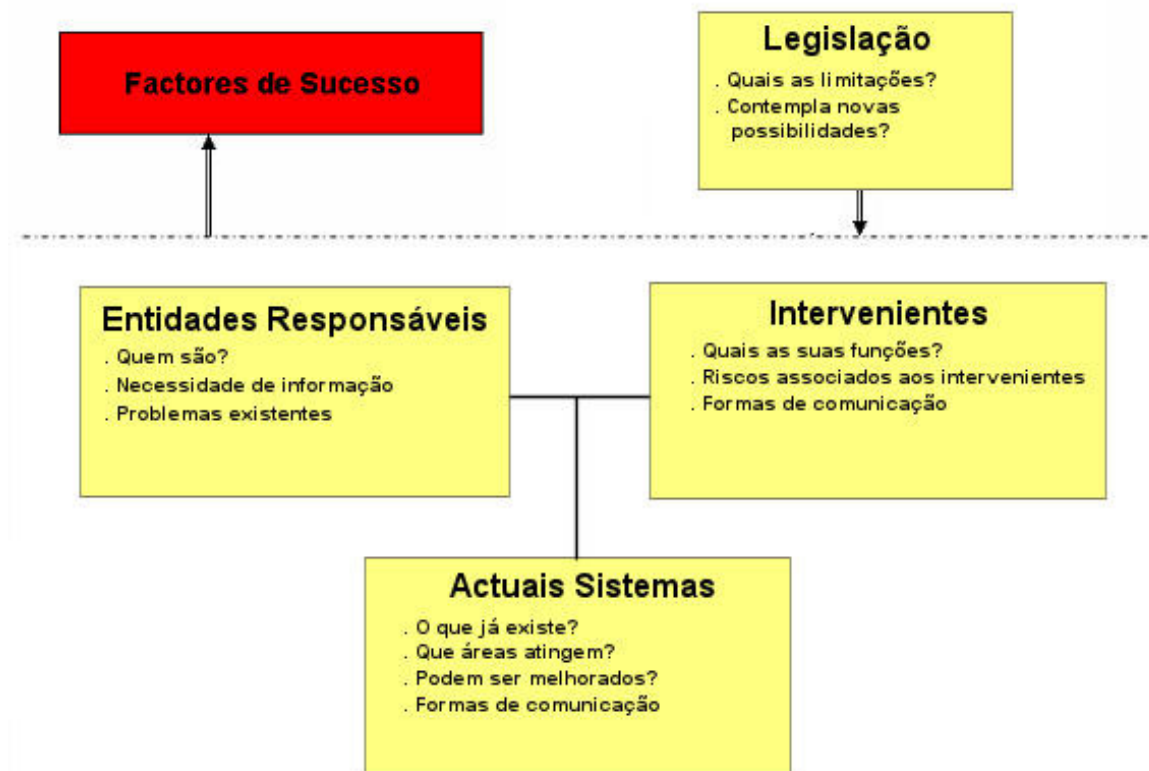
1 Plano de pesquisa

1.1 Enquadramento conceptual

1.1.1 Nível de detalhe

Na análise do sistema judicial actual iremos efectuar um Enquadramento Exploratório. Foi escolhido este enquadramento porque se trata do nosso ponto de vista do caso actual. É nossa intenção durante o decorrer deste projecto adequar o enquadramento conceptual caso venha a ser necessário com os novos dados adquiridos. Queremos assim estudar o relacionamento entre as variáveis que compõem os factores chave por nós propostos.

1.1.2 Diagrama



1.1.3 Descrição breve

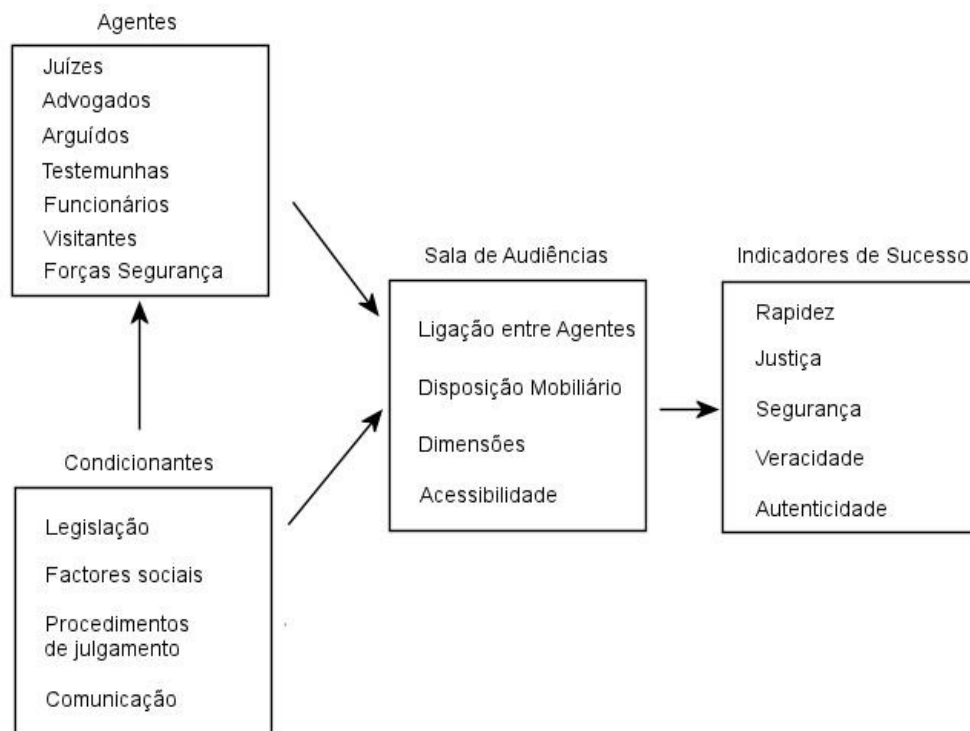
A justiça portuguesa nos dias que correm está restrita à legislação existente. Caso não seja possível adequar o que já existe para melhorar o estado actual, a interligação entre as entidades responsáveis e os intervenientes é crucial para que novos sistemas sejam criados e os já existentes melhorados. Só o entendimento total entre as várias partes poderão levar a casos de sucesso.

1.1 Enquadramento Conceptual

1.1.1 Nível de Detalhe

Após efectuado o plano de pesquisa considerámos ser necessário refazer o enquadramento conceptual, pois foi obtida uma visão com maior nível de detalhe do sistema judicial. Por consequência restringimos o trabalho a um tema específico e não ao sistema judicial em geral. Foi escolhido para este novo detalhe o nível intermédio.

1.1.2 Diagrama



1.1.3 Descrição breve

O uso de uma sala de audiências está limitado por vários condicionantes – a legislação actual impõem certas regras de uso das salas, os factores sociais têm um papel importante na organização da sala e influenciam directamente nos agentes da sala. A comunicação é actualmente uma condicionante entre agentes, seja pela sala em si, seja por factores sociais. A organização física da sala influencia claramente o funcionamento da mesma, sendo por vezes um condicionante.

A rapidez de uma sessão, a justiça empregue, segurança dos agentes, veracidade dos documentos e autenticidade são hoje em dia indicadores de sucesso, sendo a situação ideal a sua conjugação.

1.2 Definição do caso

1.2.1 Cenários

O cenário por nós definido resume-se à recolha e análise de dados que influenciem directa ou indirectamente o actual sistema judicial português. Após essa recolha e seu processamento, o cenário passa também por manter as partes intervenientes a par da análise dos resultados.

1.2.2 Amostras

- Indivíduos ligados directamente ao processo judicial em tribunal, tais como advogados, juízes.
- Indivíduos ligados indirectamente ao processo judicial geral, tais como funcionários judiciais.
- Actuais sistemas de apoio à justiça que possam existir.
- Legislação existente que contemple novas possibilidades que visam diminuir os factores de insucesso.
- Processo judicial exemplo desde a instauração do processo até ao seu desfecho.
- Funcionamento dos órgãos judiciais, tais como tribunais e gabinetes de advocacia.
- Factores que influenciem o atraso do processo judicial.
- Factores de sucesso que devem ser tomados como exemplo.

1.2.3 Instrumentos

- Entrevistas a juízes e advogados com gravador de voz e caderno de apontamentos.
- Entrevistas a funcionários judiciais com gravador de voz e caderno de apontamentos.
- Análise a actuais sistemas que visam oferecer melhores factores de sucesso.
- Análise a documentos que relatem o actual sistema judicial.
- Análise à legislação actual que incide sobre o processo judicial actual.
- Acompanhamento de um processo judicial.

1.3 Questões

1.3.1 Descrição breve

- **Legislação**
 - *O que já existe?*
 - *É restritiva a novos sistemas?*
 - *Em que áreas é possível inovar?*
 - *É necessário reescrever a legislação?*
 - *O que contempla?*
- **Entidades responsáveis**
 - *Quais são as entidades responsáveis pelo processo judicial?*
 - *Existem outras entidades de apoio mas que não interfiram directamente no processo?*
 - *Qual a informação que é relevante recolherem?*
 - *Qual a informação que podem disponibilizar?*
 - *Quais os problemas que atrasam o processo?*
- **Intervenientes**
 - *Quem são os intervenientes do processo judicial?*
 - *Quais as suas áreas de intervenção?*
 - *Quais os riscos a eles associados?*
 - *O que poderiam fazer e não o fazem?*
 - *É necessário a criação de novos tipos de intervenientes?*
- **Actuais Sistemas**
 - *Existem sistemas que visam melhorar o processo judicial além do tradicional?*
 - *Quais as suas áreas de acção?*
 - *Quem os podem e devem utilizar?*
 - *Quais as melhores formas de comunicação com os intervenientes?*
- **Factores de sucesso**
 - *De que forma os factores de sucesso podem ajudar a desenvolver novos sistemas?*

2 Plano de campo

2.1 Cenários a observar

Observar os seguintes cenários, directamente, ou através de documentos e/ou testemunhos que o comprovem:

- As entidades responsáveis e seu funcionamento.
- O trabalho diário dos intervenientes.
- Condições que influenciem problemas no processo judicial.
- Um processo judicial completo.
- Uma sessão de julgamento.
- Situações que influenciem factores de sucesso.

2.2 Técnicas seleccionadas

As técnicas seleccionadas para efectuar o processo de captura de informação são:

- Amostragem de legislação existente
- Investigação
- Contacto com as fontes

2.2.1 Amostragem de legislação existente

2.2.1.1 Descrição breve

Uma das formas de captura de informação a utilizar vai ser a análise de legislação existente. O objectivo tende em analisar dados que demonstrem as funcionalidades do sistema judicial e das entidades existentes, assim como os sistemas de inovação já em funcionamento. Podem ser avaliadas situações do estrangeiro, que possam sob alguma forma contribuir para um melhoramento da situação nacional.

2.2.1.2 Ilustração

Análise de excertos do Diário da República e da Constituição que expliquem o funcionamento das actuais entidades e sistemas.

2.2.1.3 Tempo

Geralmente é um processo rápido, visto o objectivo passar por efectuar um levantamento de funcionalidades e competencias do que já existe. Cada ponto focado não deverá tomar mais de 30 minutos gastos.

2.2.2 Investigação

2.2.2.1 Descrição breve

A investigação irá focar na interpretação e filtragem dos dados obtidos durante um processo judicial.

2.2.2.2 Ilustração

Análise de um processo judicial que se possa considerar de sucesso e sem demora.

2.2.2.3 Tempo

A análise de documentos, pois é-nos impossível acompanhar um processo desde o seu início até ao final, poderá demorar cerca de uma semana. É nossa intenção, se possível, assistir a uma sessão de julgamento.

2.2.3 Contacto com as fontes

2.2.3.1 Breve Descrição

Com o contacto com as fontes pretende-se obter uma visão prática do sistema judicial actual e qual o impacto das questões burocráticas junto das entidades responsáveis e dos intervenientes. As formas de abordagem que serão implementadas serão as Entrevistas e os Inquéritos. Optámos pelos inquéritos, porque apesar de alguns *conselhos* contra, pensamos que devido à facilidade da existência de documentos electrónicos podemos colocar questões tanto a entidades responsáveis nacionais como possivelmente noutros outros países, assim como, a intervenientes onde não seja prático efectuar uma entrevista.

2.2.3.2 Ilustração

Entrevistas *in-loco* a advogados, juízes e funcionários judiciais.

2.2.3.3 Tempo

Poderá demorar vários dias, desde o primeiro contacto até à análise final dos dados recolhidos, sendo que é nossa intenção que este período não se prolongue além de três semanas.

2.3 Scripts

2.3.1 Descrição breve

De seguida apresentamos os guiões (*scripts*) que serão utilizados para proceder aos trabalhos de campo.

2.3.1.1 Amostragem de legislação existente

- Definição do objectivo da legislação
- Levantamento das condições de funcionamento
- Levantamento das potenciais restrições
- Gerar arquivo para futura consulta.

2.3.1.2 Investigação

Documentos que avaliem sistemas de Monitorização Específica

- Identificação dos aspectos mais burocráticos
- Identificação dos aspectos que não devem ser alterados
- Identificação das condições de comunicação entre os intervenientes
- Identificação do tempo de duração do processo e eventuais discrepâncias para a duração que deveria ter tomado.
- Gerar arquivo para futura consulta.

2.3.1.3 Contacto com as Fontes

Juízes e Advogados

- Apresentação do objectivo da entrevista
- Solicitar autorização para gravar a sessão em áudio
- Identificação do contexto de intervenção
- Inquirir quanto tempo demora um processo, em média
- Inquirir sobre quanto tempo deveria demorar um processo
- Enumeração das situações que poderiam ser abreviadas durante o processo, segundo a opinião do entrevistado
- Enumeração de ferramentas e procedimentos já existentes que visam apoiar o processo judicial com vista a diminuir a burocracia
- Etiquetar *tape* de gravação e guardar para futura transcrição.
- Actualização de estatística dos inquéritos.

Funcionários Judiciais

- Apresentação de objectivo da entrevista
- Solicitar autorização para gravar a sessão em áudio
- Identificação do contexto de intervenção
- Inquirir sobre a quantidade processos gerados num determinado período de tempo
- Inquirir sobre medidas reactivas tomadas normalmente e ocasionalmente para abreviar a duração dos processos
- Inquirir sobre a quantidade de trabalho necessário para colocar um processo *em andamento*.
- Enumeração das situações que poderiam ser abreviadas durante o processo, segundo a opinião do entrevistado
- Enumeração de ferramentas e procedimentos já existentes que visam apoiar o processo judicial com vista a diminuir a burocracia
- Enumeração das situações que geram mais demora nos processos
- Etiquetar *tape* de gravação e guardar para futura transcrição.

3 Design Contextual

3.1 Inquirição Contextual

Foram efectuadas quatro entrevistas a vários interveientes, com excepção dos funcionários jurídicos.

Foi feita também uma deslocação ao Tribunal da Boa Hora onde fomos visitantes em duas salas de julgamento, com o intuito de reunir dados do modo de funcionamento do julgamento em si e a relação com a sala.

As entrevistas deram uma ideia de como o sistema judicial funciona, onde a burocracia atrasa os processos, onde já existem sistemas e técnicas que diminuem a duração dos processos, bem como as ideias pessoais dos entrevistados.

Os dados recolhidos em tribunal permitiram reunir informações que nos levam a uma abordagem prática do uso de uma sala. Informações essas que serão posteriormente descritas nos mapas.

Com base nestes dados recolhidos resolvemos especificar este trabalho no **uso e procedimentos da sala de audiências** tendo em conta as várias situações que envolvem um julgamento, antes e depois, e que por alguma razão influenciam directamente o funcionamento e organização da sala.

Por tal remetemos nas páginas anteriores um novo enquadramento conceptual aplicado a este caso.

O enquadramento conceptual inicial permitiu-nos *deambular* pelo sistema actual até decidir qual o tema a ser abordado em concreto.

3.1.1 Entrevista Contextual

3.1.1.1 Sumário dos dados obtidos

As entrevistas levaram-nos à visão do sistema judicial contado na primeira pessoa. Os pontos de vista diferem em alguns casos, consoante a participação de cada um.

Os dados revelam-nos os vários tipos de processos, execução de um, acções a tomar antes de um julgamento, conjuntos de factores que levam ao atraso substancial dos processos e outros que os dirigem para uma conclusão abreviada, e os diversos tipos de acções existentes.

Reuniram-se também dados relativos às funções dos advogados e agentes solicitadores.

O mais importante foi a obtenção dos pontos de vista de quem lida com a justiça diariamente, indicando claramente o que está mal, o que está bem, e o que pode ser melhorado.

3.1.1.2 Corpus

3.1.1.2.1 Lista de códigos utilizados

PROC – Descrição geral de um processo

PROC_CV – Descrição do processo cível

PROC_CV_EST – Estrutura de funcionamento de um processo cível

PROC_CR – Descrição do processo crime

PROC_EST – Descrição de sistemas de justiça estrangeiros

PROC_SENT – Processo de emissão de uma sentença

NOT – Notificações

NOT_JUIZ – Convocação de Juizes

NOT_TEST – Notificação de Testemunhas

NOT_SENT – Notificação da sentença
NOT_ELEC – Notificações electrónicas
PRE_JULG – Processos que existam antes do Julgamento
FACT_AT – Factores que levam ao atraso dos processos
FACT_SIMP – Factores que simplificam o processo ou que o tornam mais rápido
FUNC_ADVIG – Função dos Advogados
FUNC_SOL – Função dos Solicitadores
ACC – Tipos de acções
ACC_DESC – Descrição dos vários tipos de acções

3.1.1.2.2 Transcrição com codificação

Entrevista 1 Juíz

P: Já vimos que há dois tipos de processos.

R: Tem princípios que são comuns que é o princípio do contraditório, onde é preciso ouvir ambos os lados.

No processo civil ouço o autor e ouço o réu. O autor formula a sua pretensão inicial dizendo “requisito a tribunal que condene o réu a reconhecer que aquela casa é minha”. E esta é a petição, a pretensão. E o tribunal vai ter de apreciar se ele tem razão ou não. Mas não o pode fazer sem ouvir a parte contrária. E ouve o réu que diz “não senhor, a casa não é dele, é minha”. Então temos aqui a contestação.

Comment [PS1]: PROC_CV

Temos a pretensão formulada pelo autor, temos a contestação formulada pelo réu. Isto é o princípio do contraditório.

No processo crime o contraditório também existe mas é entre o estado e um arguido que se defende. A acusação é conduzida pelo Ministério Público e a outra parte é feita pelo arguido que vem apresentar a sua defesa. O tribunal tem de ouvir ambas as partes.

Comment [PS2]: PROC_CR

Num caso temos petição e contestação, e no outro temos acusação e contestação.

No processo crime há uma fase inicial de investigação que é dirigida pelo Ministério Público e coadjuvado pelas polícias, e só depois é formulada a acusação e a ida a tribunal. Ouve-se o Ministério Público, ouve-se o arguido e só depois se decide se é aplicada uma pena ou não.

Comment [PS3]: PROC_CR

P: No processo civil as provas de quem faz a petição são apresentadas na altura da petição?

R: Sim. Em princípio regra é: no articulado (porque é deduzido por artigos) e na petição inicial, o autor diz “venho requerer que declare...” e junta provas. O réu quando apresenta a contestação e junta provas. O juiz vai agora fazer o saneamento do processo (no gabinete), uma filtragem, e chegar a conclusões. Os factos assentes são os factos que estão de acordo em ambas as partes e sobre estes não se discute mais. O que interessa saber para poder decidir são os factos que constituem a base instrutória – aquilo em que não estão de acordo. Isto é o objecto do julgamento. Com base nos factos e testemunhas apresentadas, vamos decidir da matéria de facto. Existem duas decisões. A primeira é a decisão da matéria de facto, onde estão provados alguns factos. Depois numa segunda fase que deve ser logo a seguir, aplica-se o direito aos factos que ficaram provados. As divergências entre as pessoas não é uma divergência meramente jurídica, mas sim de facto e de direito. Há uma elaboração que é importante fazer para se compreender o que é matéria de facto e matéria de direito. E dentro da matéria de facto saber o que é o facto concreto e que é a conclusão. Se se dizer “o réu é culpado porque vinha em excesso de velocidade”. Dizer “excesso de velocidade” juridicamente é um disparate, porque para um pastor uma certa velocidade pode ser excesso mas para um

piloto de F1 é pouco. Outro exemplo é a “mão de trânsito”, onde em alguns países é o lado direito e outros, por exemplo a Inglaterra, é o lado esquerdo. Logo há que separar um facto de uma conclusão. O juiz agora avalia se para aquele local era uma velocidade excessiva para poder criar um acidente. A averiguação da matéria de facto é a apreciação da prova e definição dos factos. Depois aplica-se o direito aos factos, um enquadramento jurídico dos factos. Como dizia Aristóteles “premissa maior, premissa menor e conclusão”. Esta é a estrutura de um julgamento.

Comment [PS4]: PROC_CV_EST

P: Como é que é notificado que vai presidir a um julgamento?

R: Agora é muito simples. Quando estou num tribunal é distribuído por via informática aos juizes desse tribunal. Só que há uma parte administrativa que agora retira algum trabalho burocrático ao juiz. Há processos em que petição é sempre apresentada, e o processo é-me apresentado em despacho. Depois de ler a petição emito um despacho para convocar as partes para um reunião informal, uma espécie de audiência preliminar. Se se conseguir um acordo o processo termina aqui, caso contrário o réu tem dez dias para contestar. Consigna-se em acta (e há uma acta para uma deliberação judicial) o que se passou nessa reunião. O acordo neste caso tem força de sentença, mas aceita por ambas as partes.

Comment [PS5]: NOT_JUIZ

P: Se o acordo não fôr conseguido acordo o processo segue.

R: Logo no mesmo dia é marcado o julgamento, convocam-se as testemunhas, etc.

Comment [PS6]: PRE_JULG

P: As testemunhas são convocadas por carta.

R: Todas elas, salvo se moram fora da área do círculo, que nessa altura são ouvidas por teleconferência.

Comment [PS7]: NOT_TEST

P: Após um julgamento chega-se a uma sentença. Como é confirmada?

R: É o termo de conclusão. O juiz dá a sentença, condena ou absolve, e depois entrega o processo com a sentença aos funcionários que fazem a notificação por via postal. No caso do tribunal administrativo e fiscal de Leiria, onde não há suporte de papel, penso que a sentença é também notificada por via electrónica. Sendo que nesses casos a maior parte das contestações chegam por via electrónica. Os advogados para receberem os dados do processo têm de estar registados e possuir um email validado pela Ordem dos Advogados.

Comment [PS8]: NOT_SENT

Comment [PS9]: NOT_ELEC

P: Como é feita essa verificação?

R: Por assinatura electrónica. Nesses tribunais a comunicação é feita apenas num sentido entre advogado e tribunal ou juiz. Entre tribunal e advogado ainda é feita por via postal. Onde estão a decorrer essas experiências já decorre tudo por via electrónica. Há que ter então uma certa atenção a isso, para verificar o correio electrónico. Por exemplo, os ofícios para os tribunais do Conselho Superior de Magistratura já vêm por via electrónica e a funcionária da central manda-me para o meu email pessoal. Só depois decido de imprimir ou não. Resumindo, grande parte da comunicação já é feita electronicamente.

Comment [PS10]: NOT

P: Dentro de todo o processo, qual é a parte que se perde mais tempo?

R: No meu caso não se perde tempo nenhum. Depois da entrada da petição, em três meses fica resolvido. Em caso geral, uma acção fica resolvida em dois meses. Normalmente onde se perde tempo é a fase do saneamento do processo. É uma fase muito complicada e é preciso ser muito experiente para saber o que é importante, porque os advogados são especialistas em relegar coisas que não têm importância. É a fase de decidir a base factual.

Comment [PS11]: FACT_AT

Em termos de processamento administrativo está tudo mais simples, pois o sistema informático permite que toda a informação seja centralizada. Chega o processo, é introduzida toda a informação, por forma em que em cada fase processual os dados já estão presentes. Quando

o funcionário faz a acta apenas tem de usar a informação que o sistema lhe devolve. Isto permite também ao Ministério da Justiça ter timings de processamento da acção, estatística, etc. Hoje não há razões para haver atrasos, e quando os há é por outras razões.

Comment [PS12]: FACT_SIM
P

P: Então se a infraestrutura está otimizada, porque de facto ocorrem atrasos?

R: Eu acho que a infraestrutura está otimizada em termos de processamento, pois é inevitável com a evolução tecnológica. O problema surge noutros níveis – aumento exponencial de conflitos, ausência de instancias mediadoras de conflitos, conflituosidade que vai parar aos tribunais. Em vez de 500 processos para um juiz pode haver 3000. Há muita entrada de casos. A justiça anglo-saxónica tem um sistema de simplificação processual. Há um garantismo que obriga a uma grande formalidade, a sentença tenha uma longa fundamentação, e com isto há toda uma morosidade processual que é imposta por razões de segurança das pessoas.

Comment [PS13]: FACT_AT

P: No caso nacional há um crescimento elevado de conflitos?

R: E não só. Há crescimento de conflitos, faltam acordos para manter a baixa conflituosidade. Hoje há muitas acções de dividas, por exemplo. Há alguns anos atrás ninguém passava um cheque sem cobertura, hoje tal já não acontece. Havia um sentimento de honra que levava as pessoas a adoptar determinadas contudas, mas hoje vive-se numa situação de impondade. Então neste nível há mais necessidade de usar meios coactivos que de antes não havia. Existem também conflitos com seguradoras, bancos, etc.

Comment [PS14]: FACT_AT

P: A morosidade então deve-se ao aumento de casos?

R: Não só. Quem veja um filme americano apercebe-se de que é um sistema de justiça muito mais estatístico. Por exemplo em 12 acusações de pequena criminalidade, o juiz pergunta ao arguido se se considera culpado ou inocente. Se é considerado culpado então a condenação é rápida e feita no momento, e a parte escrita é feita por um estenógrafo. Há um acordo entre o estado e o arguido e são aplicadas sanções pecuniárias. Se é inocente então passa-se ao julgamento em si. Isto nos 12 casos apenas 2 costumam conduzir a julgamento, ou seja 16%. Neste caso é uma estatística meramente referencial, mas é mais fácil ter um sistema destes do tipo anglo-saxonico.

Comment [PS15]: PROC_EST

P: Cá em Portugal há sempre julgamento?

R: Sim, há sempre julgamento, mesmo que se declare inocente ou culpado. Aliás, nem podemos perguntar ao arguido se se considera inocente ou culpado. A primeira pergunta que se faz é perguntar se quer falar ou ficar em silêncio. Se disser que quer ficar em silêncio o juiz não lhe pode perguntar mais nada. Se quiser falar, por vezes confessam o crime e o julgamento acaba logo ali, no entanto é muito raro. É um direito que o arguido tem, de ficar em silêncio.

Comment [PS16]: FACT_AT

Entrevista 2 Advogada

P: Como funciona um processo?

R: Desde que uma pessoa decide valer um direito e intenta uma acção no tribunal. Há várias tipos de acção: sumária, ordinária, execução, etc. O processo, conforme o tipo de acção é termitado pelo juiz e na secção pelos funcionários, os advogados são notificados. Chegada a uma determinada altura quando todos os articulados estão feitos, petição inicial, contestação, réplica, tréplica, o juiz faz de saneador onde decide o que vai ser discutido (os factos assentes) e a base intrutória, que são os factos onde as pessoas não chegaram a acordo, e são esses os

pontos que vão ser discutidos. Marca-se julgamento, faz-se julgamento. Depois o juiz decide sobre a matéria controvertida o que ficou provado e o que não ficou provado. Com base nisto dá-se a sentença. Infelizmente a sentença demora cerca de um ano a sair.

Comment [PS17]: PROC

P: Porquê tanto tempo?

R: Porque fica-se à espera que tenha um tempo para decidir. Muitas vezes é outro juiz que vai decidir, porque com o final do ano judicial há movimentação de juizes.

Comment [PS18]: FACT_AT

P: Então se todos os dados são apurados no julgamento, por que razão a sentença não é passada logo a seguir?

R: Porque os juizes não têm tempo. Uma sentença não é apenas dizer se tem razão ou não. Tem de ser fundamentada de facto e de direito. De facto é com os factos que estão na base instrutória, e a de direito pode levar a escrever horas e muitas páginas. Tem de ser fundamentada com jurisprudencia, doutrina. Enfim, basicamente é a parte mais difícil do processo, é a parte mais demorada.

Comment [PS19]: PROC_SE
NT

P: Como advogada, o que executa dentro do processo?

R: Quando aparece o cliente, nós decidimos qual é o tipo de acção adequada para valer o direito do cliente. No processo civil, somos nós o contacto com o tribunal através de procuração. O cliente só vai ao tribunal quando é a audiencia preliminar, quando se faz, e depois no julgamento em si. Somos nós que fazemos tudo pelo cliente. Depois é um processo técnico que temos de acompanhar até ao final.

Comment [PS20]: FUNC_AD
VG

P: Dessas funções qual é a mais difícil ou morosa?

R: Tudo o que fazemos não são operações demoradas, até porque temos prazos curtos, normalmente 10, 15 ou 20 dias. A lei não permite que os prazos se prolonguem.

Comment [PS21]: FACT_SIM
P

P: Não há casos em que as coisas fiquem sempre até à última da hora?

R: Sempre. Nós temos é a hipotese de fazer as coisas com alguns dias de atrasos, com muitas pesadíssimas que saem do bolso dos advogados. Por vezes não temos as testemunhas necessárias, é preciso juntá-las, fazer a contestação e reunir com o cliente, e muitas vezes estamos cheios de trabalho, e isto aliado aos prazos curtos.

Para fazer uma peça processual é necessário ter "espírito". É uma espécie de obra de arte, pois é necessário ter pré-disposição para aquilo.

Comment [PS22]: FACT_AT

P: Não é então uma acção mecanica?

R: De maneira nenhuma. É necessário técnica, inspiração. Tem de ter ali muito de nosso.

P: Na sua opinião, o que poderia ser feito para poder acelerar os processos?

R: Isso é uma questão que ultrapassa os advogados. Tem a ver com o modo que os juizes trabalham, com o tempo que perdem a fazer despachos quando nem seriam necessários irem ao juiz, pela falta de funcionários, pelos próprios funcionários não estarem preparados para executar aquelas tarefas. Muitas vezes um juiz dá um despacho e por vezes só um ano depois somos notificados desse despacho, e aí já não depende do juiz mas sim do funcionário. Num tribunal, depende da secção, do funcionário, do escrivão, da forma como o juiz organiza o serviço. Os advogados, nesse aspecto, só estamos do lado de fora a ver os clientes a queixarem-se.

Comment [PS23]: FACT_AT

P: Já se referiu a diversos tipos de apresentações...

R: Cada acção tem um valor, e desse valor depende o tipo de acção que é. A mais nobre é a ordinária (que ultrapassa a alçada da relação, acima dos 3000 contos), a sumária (alçada da

primeira instancia, entre os 750 e os 3000 contos), e depois a acção do processo sumaríssimo (até aos 750 contos).

Comment [PS24]: ACC

P: O que caracteriza cada uma dessas acções?

R: A ordinária é a mais pesada. A sumária mais leve, tem espaços mais curtos. Para contestar uma acção ordinária tem 30 dias, para uma sumária tem 20. Os próprios articulados, na ordinária pode-se ir até à tréplica. Depende da complexidade de acção.

Há ainda as acções executivas, que agora é uma acção feita completamente pelo solicitador de execução, e depois é o crime, o processo crime, onde a nossa intervenção é diferente. Há os crimes particulares em que o advogado tem de ter a iniciativa e fazer a acção particular e depois pode ser acompanhado pelo Ministério Público. Depois há os crimes públicos ou semi-públicos. São tremitados pelo Ministério Público, gere todo o inquérito, e o advogado se constituído assistente é uma espécie de acessor do Ministério Público, e aí é um papel diferente. Quem representa o estado é o Ministério Público e o advogado apenas está ao lado como assistente, ou é advogado de defesa, ou pode ser ainda advogado dos ofendidos a fazer o pedido do processo civil. Nos casos em que seja pedida uma indemnização é o advogado a tramitar. O advogado tem de estar sempre presente, mas de um modo diferente, caso seja assistente, de defesa ou a fazer o pedido.

Comment [PS25]: ACC_DES
C

Comment [PS26]: FUNC_AD
VG

P: Para o advogado não há grande diferença?

R: Há. É diferente estar a defender um arguido e estar como assistente. Podemos-nos pronunciar se formos assistentes, senão nada podemos dizer.

Comment [PS27]: FUNC_AD
VG

P: O que pode o advogado fazer? Como assistente pode pronunciar-se sobre o fecho do processo, mas noutros casos não.

R: Se for como assistente, de todas as decisões é-me dada oportunidade de me pronunciar. Se eu fôr apenas uma advogada do ofendido que se pronunciou no processo, se o Ministério Público entender suspender o processo eu não posso fazer nada. Aí apenas posso pedir indemnização pelos danos causados, morais ou materiais. O papel do advogado neste caso é fazer seguir o pedido da indemnização em tempo próprio e depois em tribunal fazer prova desses prejuízos.

Comment [PS28]: FUNC_AD
VG

Entrevista 3 Advogado estagiário

P: A legislação que já existe é restritiva a novos sistemas, em que áreas é possível inovar, é necessário reescrever a legislação, o que contempla.

R: Legislação?! isso é uma pergunta ampla, o que é que existe em termos de legislação?

P: Como é que funciona o que é que isso contempla, se é restritiva a novos sistemas, poderá se inovar? Será necessário reescrever a legislação? Por exemplo, informatizar a justiça futuramente, poderia haver processos informatizados em que não fosse necessário a presença total do juiz?

R: Hoje em dia, eu deixava a questão da legislação para o fim. Existem sistemas mais ou menos recentes de intervenção das pessoas em tribunal ou mesmo que não seja em tribunal. Em questões processuais, que implicam a não existência física da pessoa no local da citação, como por exemplo, em Aveiro ter que testemunhar um julgamento a realizar em Faro, através de vídeo conferência, tu podes estar em julgamento à distância. Aliás o primeiro julgamento que eu fiz até teve precisamente uma inquirição de uma testemunha por vídeo conferência. O

juízo foi em Albufeira no Algarve e a pessoa que estava para testemunhar em primeiro lugar era uma professora que estava destacada, se não me engano era em Lagos, e que ela para não perder o dia de trabalho inteiro, requereu que fosse ouvida por vídeo conferência, e desde que os tribunais tenham esse dispositivo informático, pode ser ouvido à distância. Embora eu possa criticar esse sistema porque não permite totalmente a pessoa com as questões, porque uma coisa é tu teres uma pessoa à tua frente, olhos nos olhos, que tu notas a forma de falar, notas o olhar dela, notas percepção que ela está a ter da pergunta que acabaste de fazer e outra coisa é na televisão. É sempre diferente, mas isso são outras questões técnicas que são postas à disposição no sistema judicial. Mas existem outras questões que são postas à disposição no sistema judicial, por exemplo, hoje já se pode enviar a peças processuais em formato electrónico, embora a partir do momento em que se envie uma peça processual por informática, se tenha que enviar o resto, podes notificar também o colega informaticamente.

Comment [PS29]: FACT_SIM
P

Comment [PS30]: FACT_SIM
P

P: Como podes ter a certeza que o colega de facto recebeu a notificação?

R: Olha eu de facto nunca utilizei esse sistema, mas sei que ele existe e quando a cédula de estagiário, a ordem dos advogados enviou umas passwords do sistema informático que a ordem disponibiliza, para que os advogados utilizem para enviar as peças processuais. Agora até esse sistema estar enraizado e completamente implementado vai demorar algum tempo, porque a grande quantidade de profissionais do foro ainda não tem sensibilidade, e mesmo eu que sou uma pessoa nova não lido com ele frequentemente. Embora se vá adaptando à realidade às pessoas que trabalham nos tribunais e nesta área do direito.

Comment [PS31]: FACT_SIM
P

Comment [PS32]: FACT_AT

P: Poderia haver um processo em que o juiz moderasse por informática ou a legislação só permite presencialmente (na sala ou VC), isto é. Não há processos só por escrito?

R: Hoje em dia existem sistemas de decisão de uma causa que requerem exigências menores, que são os julgados de paz, que não são tribunais propriamente ditos, nem centros de arbitragem. São mais centros de reconciliação, em que todas as tramitações processuais são reduzidas em termos de tempo, na maioria dos casos não é requerido a participação de um advogado. É mais barato, aproxima mais a justiça dos cidadãos e brevemente na possível intervenção que se poderá fazer a nível legislativo no código civil e no código de processo penal, até se possibilitará que determinados crimes que vão obrigatoriamente vão a julgamento deixem de ter de passar por essa fase final ou quase final, porque existe sempre a fase de recurso e a fase de execução, mas esta futura reforma pode também limitar a existência de processos num tribunal e por conseguinte também o numero de pessoas num tribunal. Mas por exemplo, hoje em dia, uma pessoa pode ser julgada sem estar em tribunal. Ainda esta semana tive a leitura de uma sentença de um oficioso, que estava acusado por dois crimes, o julgamento foi há duas semanas, ele não esteve presente, e não foi por isso que deixou de haver julgamento. No entanto, tem que se garantir que a confiança no sistema, através da presença dos seus intervenientes.

Comment [PS33]: FACT_SIM
P

A nível de processos civis, administrativo, tributários, ou de outros processos assim mais comuns, a tendência será de garantir a existência das pessoas em tribunal, porque o direito tem que se basear num direito fundamental que é a segurança. E essa segurança jurídica é fundamental para a credibilização do sistema. Óbvio que um sistema informático aliado ao sistema jurídico o describilize, mas creio que as pessoas, a informática e quase tudo o que os rodeia ainda não estão nem desenvolvidos, nem preparados o suficiente para a credibilização do sistema.

Comment [PS34]: FACT_AT

Em relação à legislação essa pergunta é muito genérica, eu não sei que queres perguntar que legislação é que existe, em que área, ou quais são as bases.

P: A pergunta da legislação, tem como base, saber se é possível inovar na área da informática, pois esta foi inventada com o objectivo de poupar tempo às pessoas, ora esse tempo, foi aproveitado para outras coisas, a questão é se na informática que temos hoje em dia, saber se de acordo com a legislação que há esta permite inovar?

Por exemplo, um processo que tem dois anos, no caso de uma pessoa acidentada, em que os tratamentos têm custos, e que a pessoa precisa de ser ressarcida, a informática não permitiria aligeirar ou diminuir este tempo?

R: Portanto já existem processos em que é possível enviar as provas informaticamente o que permite aligeirar os tempos de demora dos processos.

Existem já adaptações a pensar nessa situação, existem normas na legislação em que contempla uma panóplia de situações na área da informática.

Comment [PS35]: FACT_SIM
P

P: Por exemplo eu sei que é possível consultar na internet saber o estado dos seus casos.

R: Sim, hoje em dia é possível aceder ao portal dos tribunais, qualquer pessoa pode fazê-lo, obviamente tem é que se ter a "referencia" dos processos, e pode-se ver onde é que o processo foi distribuído, saber a comarca do mesmo, e dentro desse portal saber em que estado está o processo.

Comment [PS36]: FACT_SIM
P

A: Por exemplo, o caso Casa Pia está na internet para nós pesquisarmos?

R: Não sei, não é um caso que me desperte propriamente curiosidade. No entanto, uma coisa interessante que se utiliza em informática é por exemplo, quando se recebe uma carta, tem um código de barras, e é muito importante para os advogados por causa da contagem de prazos, saber quando começam e terminam os prazos para poder praticar determinado acto. É possível saber o estado/historial da carta, permite poupar imenso tempo porque não necessito de ir aos correios saber o estado de todas as cartas que envie.

Comment [PS37]: FACT_SIM
P

P: Quais são as entidades responsáveis, quem é o quê e o que faz, e qual a informação que é necessário recolher, o que é publico ou que não é, e o quais são os problemas que podem atrasar o processo?

R: Para começar a explicar, devo dizer que dentro do sistema judicial existem sub-sistemas, quando se fala dos diversos processos. Todos eles têm regras próprias e têm exigências específicas consagradas a nível institucional e consagradas a nível do próprio direito adjectivo, que permite adjectivar o processo em si, enquanto que matéria legal de base é um direito subjectivo, por exemplo, o código do trabalho é um direito subjectivo, o código processo de trabalho é um direito subjectivo. O código civil é o direito subjectivo, o código processo civil é o direito adjectivo. O código penal é um direito subjectivo, é o código que temos que cumprir como cidadão, o código processo penal é um direito adjectivo, porque temos que cumprir, mas não seremos nós a cumprir, mas alguém por nós quando haja alguma questão que tenha que ser julgada.

Comment [PS38]: PROC

P: Que partes há num processo?

R: As partes que há num processo, por exemplo num processo civil, começa por ser o autor e o réu, num processo crime, o réu chama-se arguido.

O autor é a primeira pessoa que apresenta a sua pretensão ao tribunal, demonstra que uma determinada causa seja julgada em tribunal.

O réu é a pessoa que contra quem se interpôs a acção que tem a possibilidade de contestar a petição inicial, o autor pode replicar e o réu triplicar.

Numa acção pode-se reconvenccionar, pode-se fazer um pedido contra outro, ou em factos.

Estas partes têm que estar sempre representadas em juízo por mandatárias por advogados ou advogados estagiários, e pode ou não haver outras intervenções relevantes num processo, não são agentes judiciais, a que normalmente se pedem perícias.

O juiz, que é a figura máxima, podem ser vários, pode ser mais do que um. Se for um é um tribunal singular, se for mais do que um é um tribunal colectivo, mas há um que preside e são normalmente três.

Se houver uma questão, o colectivo é que dá a resposta, mesmo que seja um a responder, todos sabem o seu teor.

Comment [PS39]: PROC

Solicitadores, são agentes processuais, estão num campo à parte, agem tal e qual um advogado, e em sob determinadas circunstâncias podem até agir tal e qual um advogado em determinados processos menores em que os valores em causa não sejam elevados. No fundo, são os agentes fundamentais no processo de execução, no processo normal a primeira fase é a fase processual onde se apresentam as provas, a segunda fase é a fase de julgamento. Temos a fase de recurso que pode ser facultativa, e a fase de execução, da sentença final transitada em julgada.

Comment [PS40]: FUNC_SO
L

Por vezes emperram um processo porque ficam anos nos solicitadores, se fosse para um advogado talvez demorasse menos tempo.

Comment [PS41]: FACT_AT

P: Qual o tipo de informação que pode ser disponibilizada?

R: O segredo de justiça é uma questão muito exigente porque não se sabe muito bem onde começa e onde acaba. O segredo de justiça divide-se em segredo profissional, que é aquele em que se está obrigado a não revelar dados alguns, que é equiparado ao segredo médico.

No caso da SIDA, questiona-se se será necessário o segredo por causa da parte moral, e isso depende muito do comportamento do seu cliente, se propaga ou não a doença.

Por vezes há tendências em determinadas matérias, mesmo que os indícios digam o contrario do que apontam a decisão.

A justiça na sua verdadeira acessão não existe, porque no mundo real elas são equilibradas por si próprios. Por vezes as pessoas saem defraudadas.

Comment [PS42]: FACT_AT

P: Os juizes estão mal preparados?

R: Os juizes não estão preparados, mas por vezes estão um pouco deslocados, no entanto, têm que ter uma coisa muito importante, um bom senso.

P: Quais são os factores positivos do sistema?

R: O sistema tem coisas boas, que são as pessoas, os julgados de paz, em que se resolvem questões mais ou menos pacíficas. Os tribunais arbitrais que funcionam um pouco a margem do sistema, mas que são rápidos de resolver.

Comment [PS43]: FACT_SIM
P

P: Sistema Norte americano (na televisão): Sistema Inglês (case study, lei do costume) vs lei continental.

R: Casos de lei continental demoram mais mas são mais justos, caso de costume acelera, mas não há casos iguais.

Comment [PS44]: PROC_EST

P: A lei não faz com que os casos se acelerem...

R: É e por vezes os casos prescrevem e há casos em que os réus só sabem que têm uma acção contra eles bastante tempo depois, do que seria desejável.

Comment [PS45]: FACT_AT

Entrevista 4 Advogada

P: Os sistemas informáticos poderão ajudar ou não? Será necessário rescrever a legislação para ajudar a justiça? Como por exemplo a Vídeo Conferência (VC)?

R: Ajudam bastante, naturalmente que há partes do processo, documentos que é difícil nós termos por meios informáticos. Legalmente muitas coisas só podem ser provadas mediante documentos originais que têm selos brancos, ou de uma conservatória ou de um notário, e portanto é difícil ter esses documentos. Pode-se ter informatizados, mas não têm o mesmo valor legal, porque não são os originais.

Comment [PS46]: FACT_SIM
P

Mas mesmo a este nível se esta a melhorar, a maior parte de um processo poderia ser feito informaticamente e hoje em dia já há reduções nas taxas de justiça para os advogados que enviem as provas processuais por email, mas têm que enviar em formato de papel, qualquer peça tem que ser também enviada também em formato de papel, porque caso haja uma perda de uma prova, o que prevalece é o formato papel. E garante que não é alterado de acordo com o original.

Comment [PS47]: FACT_AT

Comment [PS48]: FACT_SIM
P

P: Como se garante que o advogado do Réu, recebeu a correspondência?

R: É garantido através de uma assinatura electrónica que só esta disponível no meu computador e associado à minha conta de utilizador. Por exemplo, eu posso ligar-me noutro computador, mas só no meu consigo enviar com esta assinatura, esta assinatura está ligada a uma empresa que está ligada à ordem e que garante esta autenticidade.

Esta assinatura digital é diferente da manuscrita.

Esta assinatura não se pode transferir de computador para computador.

Comment [PS49]: NOT

P: Será possível futuramente os processos passarem a ter menos carga burocrática? Para evitar demoras?

R: Não acho que nestas situações se deva à carga burocrática. O Réu ficar um sem saber que está a decorrer uma acção burocrática contra, mas se falarem de acedermos a base de dados para encontrar o réu, eu até posso concordar.

Por outro lado, por uma questão de rigor e segurança jurídica é fundamental assegurar que são facultados aos réus o direito de defesa, ou às partes o direito de defesa.

Por um lado, por aquilo que eu vejo, as acções demoram muito tempo em termos de citação, que é quando o autor interpõe uma acção contra o réu, porque as moradas não estão actualizadas.

Comment [PS50]: FACT_AT

Em alternativa, muitas vezes se publica num jornal para que a pessoa possa saber que foi citada.

P: O cartão unico poderia aligeirar o sistema judicial?

R: Se esse cartão contivesse a informação actualizada, sim, a vários níveis.

Comment [PS51]: FACT_SIM
P

P: A VC veio aligeirar os processos?

R: Sim, veio, só que há muitos tribunais que ou não têm ou então que avaria e não funciona. Outra coisa é que muitas vezes esta VC não está suficientemente desenvolvida para se poder gravar.

A importância da gravação é apenas por uma questão de prova caso haja depoimentos contraditórios.

Isto é importante caso seja possível gravar também porque se o juiz tiver que recorrer, pode voltar a ouvir, porque a gravação serve ela mesma como prova.

Comment [PS52]: FACT_SIM
P

P: O que se considera importante recolher num processo?

R: Os factos, mas varia de processo para processo, de acordo com a sua causa. Temos a causa de pedido e o pedido. O juiz faz com que a lei se cumpra e decide quais são os factos que são alegados provados, apresentados pelas partes.

Comment [PS53]: PROC

P: Desses factos, quando podem ser apresentados?

R: Os factos têm que ser apresentados antes da audiência, caso contrario, apenas posso apresentá-los se forem super venientes, os factos são decididos antecipadamente.

Comment [PS54]: PROC

P: Que se podem considerar problemas que atrasem um processo?

R: A falta de trabalho dos juizes, porque não há sanções para o juiz caso este não cumpra prazos. Porque há prazos a cumprir por parte dos juizes.

Apenas o conselho superior de magistratura avalia os juizes.

Muitas vezes são avaliados pelo numero de casos que encerram.

Também não posso dizer que eles não fazem nada, eles trabalham, mas quando falam em residir as ferias judiciais, se poderia resolver, mas o que faz mesmo falta é haver mais juizes.

Comment [PS55]: FACT_AT

P: Será que os juizes estão desajustados da realidade?

R: Não , porque pelo tribunal passa muita gente e quando estão a julgar têm que ler aquilo que vão aplicar.

Mas uma coisa que acho mal é haver juizes que em vez de usarem o sistema informático, ainda fazem despachos a mal e se torna difícil de ler.

Comment [PS56]: FACT_AT

3.1.1.3 Revisão dos dados obtidos

Para melhor compreender os dados obtidos resolvemos agrupar por categorias.

Processos

Existem vários tipos de processos, nomeadamente civis, crime, administrativos.

Qualquer processo começa sempre com a fase de petição onde é apresentado o pedido de julgamento. Após a contestação por parte dos arguídos, é feita uma filtragem das provas por parte do juiz com o intuito de apenas serem levadas a julgamento as que recolhem opiniões diferentes entre autor e arguido.

Depois de debatidas as provas o caso fica em espera para deliberação do juiz, o que poderá levar algum tempo, pois a sentença deverá ser bem fundamentada.

Foram ainda reunidos alguns dados muito genéricos sobre o funcionamento do sistema de justiça anglo-saxonico, evidenciando claramente as diferenças para o nosso sistema.

Notificações

O processo de notificações varia muito consoante o que se quer notificar.

Existem processos diferentes para notificação de juizes para julgamentos e de testemunhas.

Soube-se que existem algumas notificações que podem ser efectuadas por via electrónica, mas no entanto a grande maioria deve ser sempre acompanhada por uma componente física, pois perante a lei é o papel que tem validade.

Pré-Julgamento

Ao princípio foi-nos difícil aceitar esta categoria, pois trata-se de um caso que retira dos tribunais alguns casos mesmo antes de serem entregues as petições.

Nesta categoria conseguimos apurar o que já existe tais como acordos entre as partes e mediadas pelos juizes, e a existência ou não, consoante o caso, de órgãos capazes de mediar conflitos.

Factos

São factos que simplificam o processo: notificação por via electrónica, video-conferência de testemunhas, gravação audio do julgamento, compensações a quem utiliza os meios electrónicos já existentes, julgados de paz, categorização de correspondencia e seu *tracking*,

base de dados com a informação referente a cada processo, base de dados com informação de cidadãos, envio em formato electrónico de provas, petições e peças processuais, sistema de comunicação electrónico entre tribunais e juízes e advogados, assinaturas electrónicas que visam garantir a segurança dos envios, existência de prazos e multas que previnem o desleixe.

São factores que atrasam o processo, ou que por consequência indirecta o fazem: segredo de justiça mal interpretado, difícil aceitação dos métodos informáticos já existentes continuando por isso a existir muita carga burocrática em papel, falta de juízes, excesso de processos, falta de instituições mediadoras de conflitos, actuais falhas da lei que permitem o arrastamento de um processo durante anos, falta de funcionários e essencialmente falta de formação destes, obrigatoriedade de uma grande retórica e formalidade, movimentação de juízes no final de cada ano judicial, obrigação de julgamento mesmo que o arguido se declare culpado, aumento de conflitos.

Embora se possa passar para formato electrónico a totalidade, ou quase, dos documentos necessários para um processo, ainda é necessário o seu original em papel.

Funções

Conseguimos apurar a função de cada interveniente, embora na codificação os juízes não estejam numa categoria própria.

Os juízes tratam do saneamento das provas e da decisão da culpabilidade ou não do arguido. Os advogados apenas se regem como mediadores entre os arguidos ou autores e o tribunal. Os funcionários restringem-se a despachar a carga burocrática do sistema judicial bem como proceder a notificações, actuando como assistentes do tribunal.

3.1.1.4 Análise da qualidade dos resultados

Embora os resultados sejam fiáveis, existiram entrevistas que não focaram nos pontos que pretendíamos. Extraídos os dados relevantes ficamos com uma ideia clara, ainda que básica, do actual sistema judicial português, quais os meios de apoio existentes e quais as falhas do sistema em si.

Com base nos dados agora em nossa posse relativos ao sistema judicial, e após a observação de sessões de julgamento, estamos confiantes de ter tomado conhecimentos necessários à percepção de tudo o que envolve uma audiência, o que a precede, o que deve constar de uma, e o que sucede.

3.1.2 Sessões de interpretação

3.1.2.1 Sumário das sessões de interpretação

Dia: 4/4/2006 Horas: 15:00

Sumário

- Entrevistas:
 - Transcrição das entrevistas
 - Resumo de cada entrevista
 - Como funciona a justiça
- Factores:
 - Factores de atraso e de simplificação na justiça

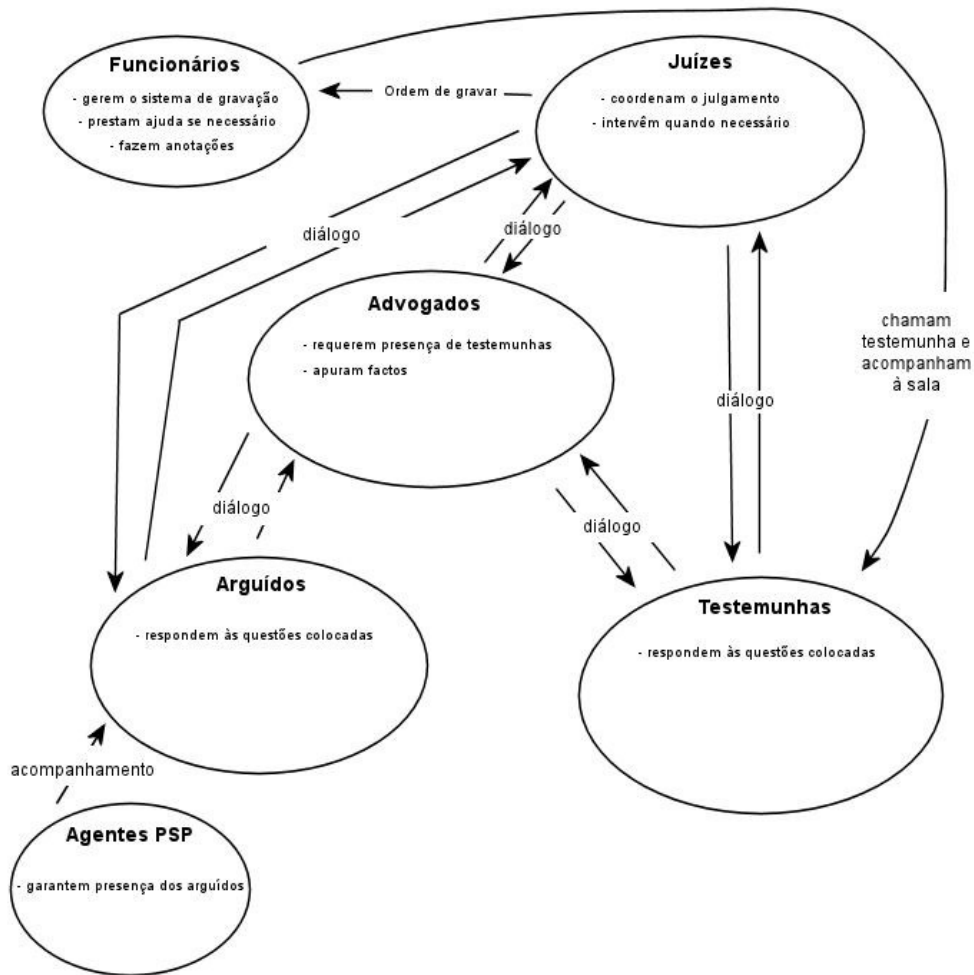
Dia: 5/4/2006 Horas: 15:30

Sumário

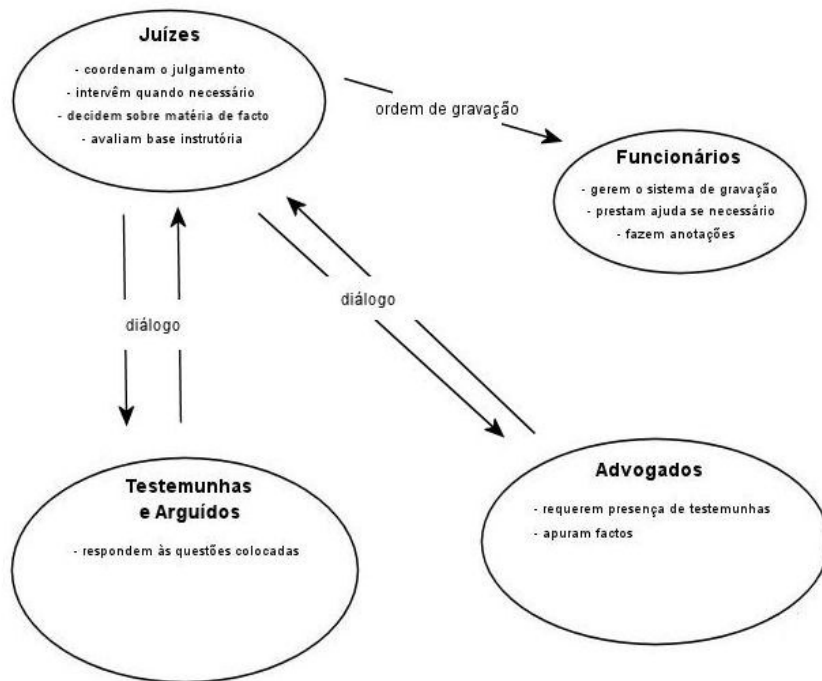
- Visitas a tribunal:
 - Discussão das observações obtidas
 - Identificação de problemas durante as sessões
 - Definição de tema para o projecto – sala de audiências

3.1.3 Descrições do sistema

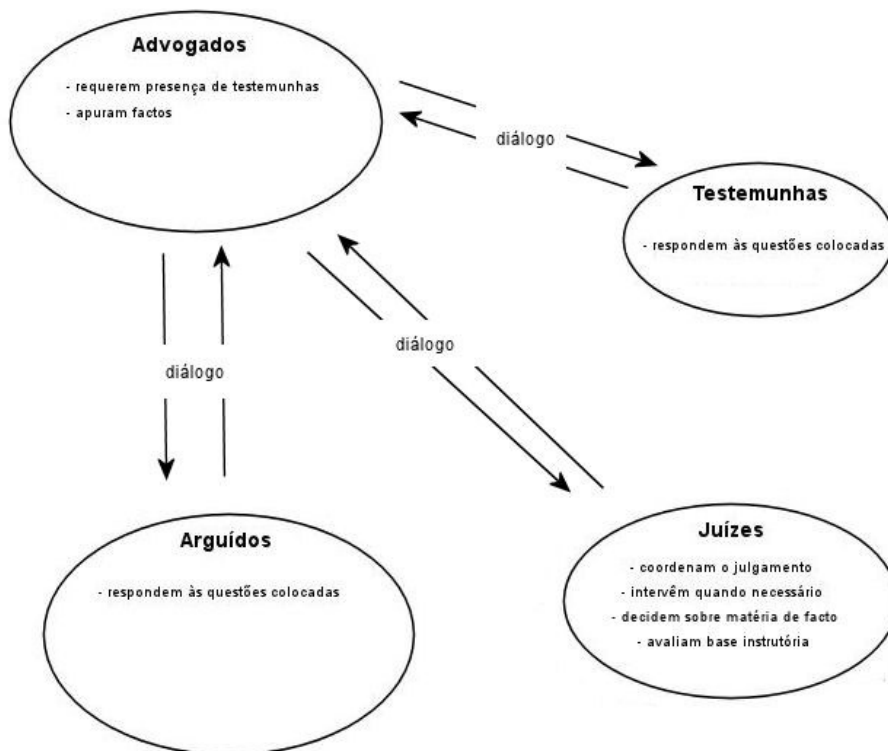
3.1.3.1 Mapas de fluxos



Mapa de fluxos 1
(do ponto de vista de um visitante numa sala de audiências)



Mapa de fluxos 2
(do ponto de vista de um juiz durante uma sessão numa sala de audiências)



Mapa de fluxos 2
(do ponto de vista de um juiz durante uma sessão numa sala de audiências)

3.1.3.2 Mapas de recorrências

Intenção: Chamar funcionário à sala

Trigger: É necessário a presença de um funcionário que não o presente na sala

Pede-se para falar com o funcionário da sala

O funcionário desloca-se junto do juiz

O juiz indica quem deve ser chamado

O funcionário regressa à sua secretária

O funcionário contacta por telefone a pessoa requerida

Intenção: Não se ausentar da sala

Intenção: Chamar nova testemunha

Trigger: O advogado pede que seja chamada nova testemunha

O juiz ordena ao funcionário que a testemunha seja chamada

Interrompe-se a gravação audio

O funcionário desloca-se à sala de espera

É chamada a testemunha

O funcionário acompanha a testemunha até ao local

É feita a recolha de dados e juramento

Retoma-se a gravação audio

Intenção: Excluir partes sem interesse

Intenção: Mostrar à testemunha o local onde ficará

Intenção: Dialogar com a testemunha

Trigger: A testemunha encontra-se na sala



Intenção: Registo e verificação da identidade

Recolhem-se os dados da testemunha



Efectua-se o juramento



Verifica-se que o sistema audio está em gravação



Inicia-se o diálogo

Intenção: Consultar partes do processo

Trigger: A parte a consultar não está presente na sala

Pede-se para falar com o funcionário da sala



O funcionário desloca-se junto do juiz



O juiz indica o que falta e onde pode ser encontrado



Intenção: Excluir partes sem interesse

Interrompe-se a gravação audio



O funcionário desloca-se ao local indicado



É entregue a parte ao juiz



O funcionário regressa à sua secretária



Retoma-se a gravação audio

Intenção: Marcar nova audiência

Trigger: A sessão chegou ao fim e é necessário nova audiência



Interrompe-se a gravação audio



Procura-se uma nova data



Intenção: Garantir que todas as partes podem estar presentes

Obtem-se o acordo entre advogados e juízes



Marca-se nova audiência



Intenção: Notificar

Informam-se as testemunhas e arguidos



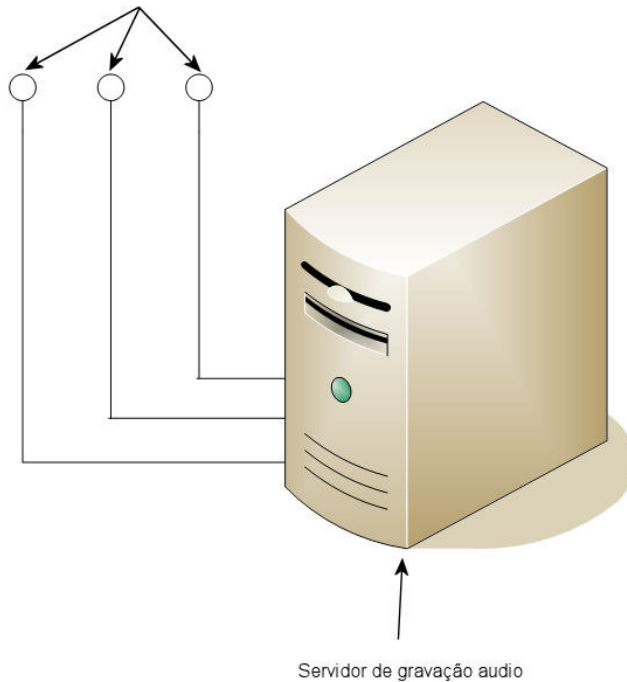
Retoma-se gravação audio



Dá-se por concluída a sessão

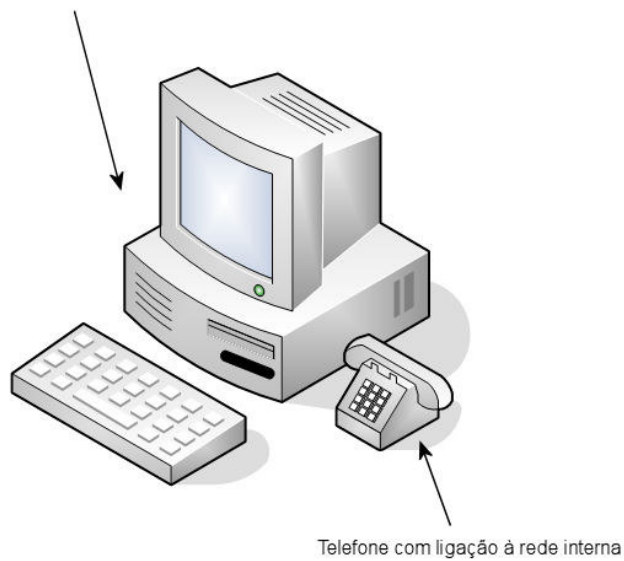
3.1.3.3 Mapas de artefactos

Microfones de captação audio espalhados pela sala em locais chave

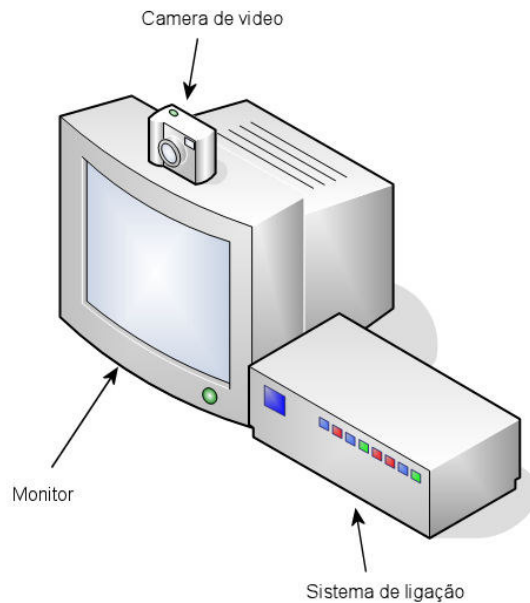


Mapa 1 – Sistema de gravação audio

Computador para anotações automáticas



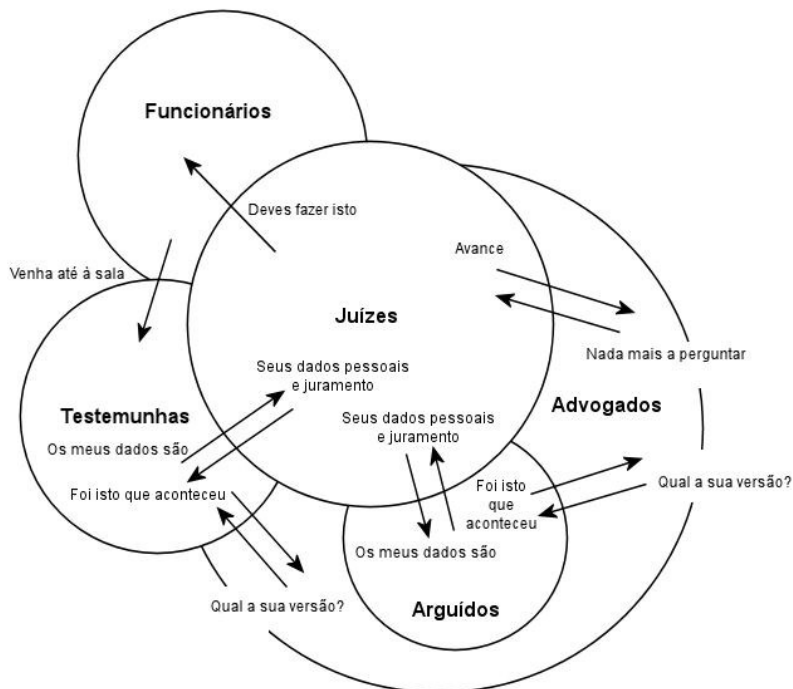
Mapa 2 – Posto de trabalho do funcionário



Mapa 3 – Sistema de Video-Conferência

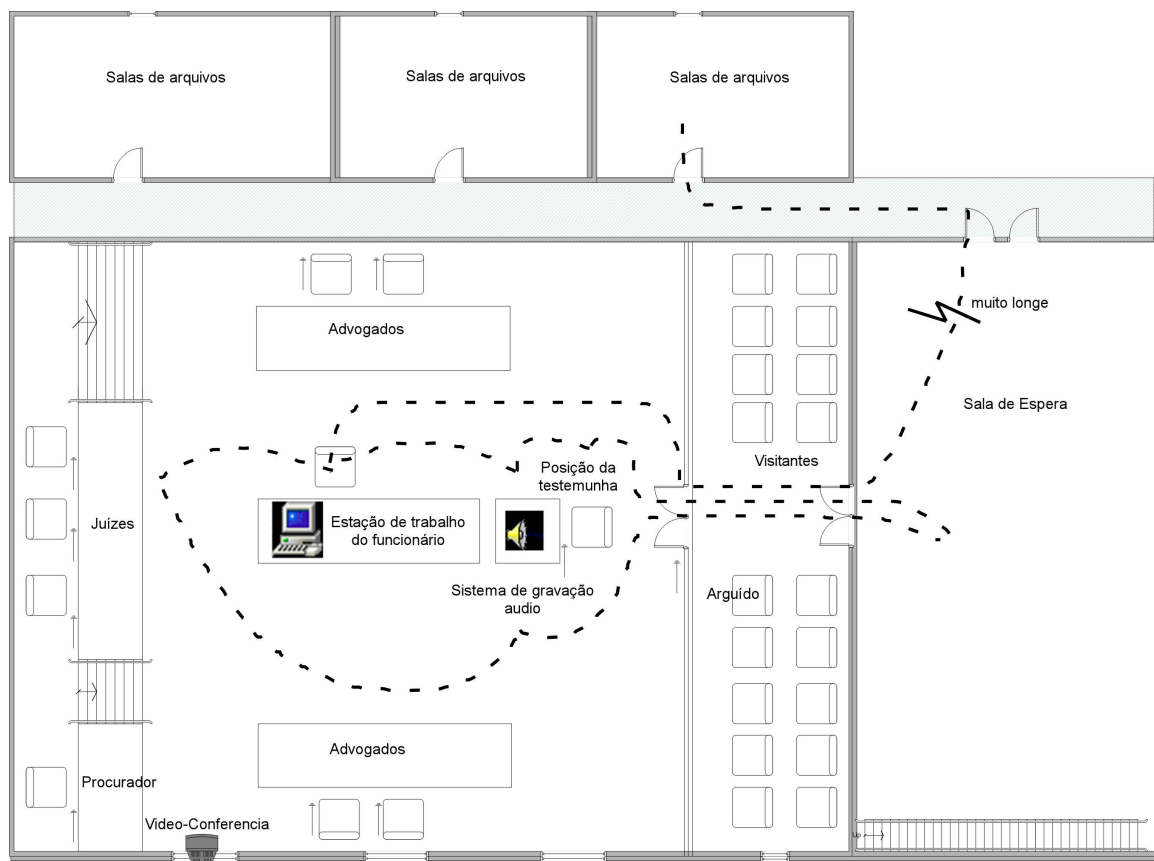
3.1.3.4 Mapas culturais

Depois de criar todos os mapas, chegou-se à conclusão que o seu desenho era exactamente igual, apenas mudando a posição das pessoas. Por tal decidimos apresentar apenas um mapa. Os mapas originantes das entrevistas não foram aproveitados pois não se adequam ao tema do projecto.

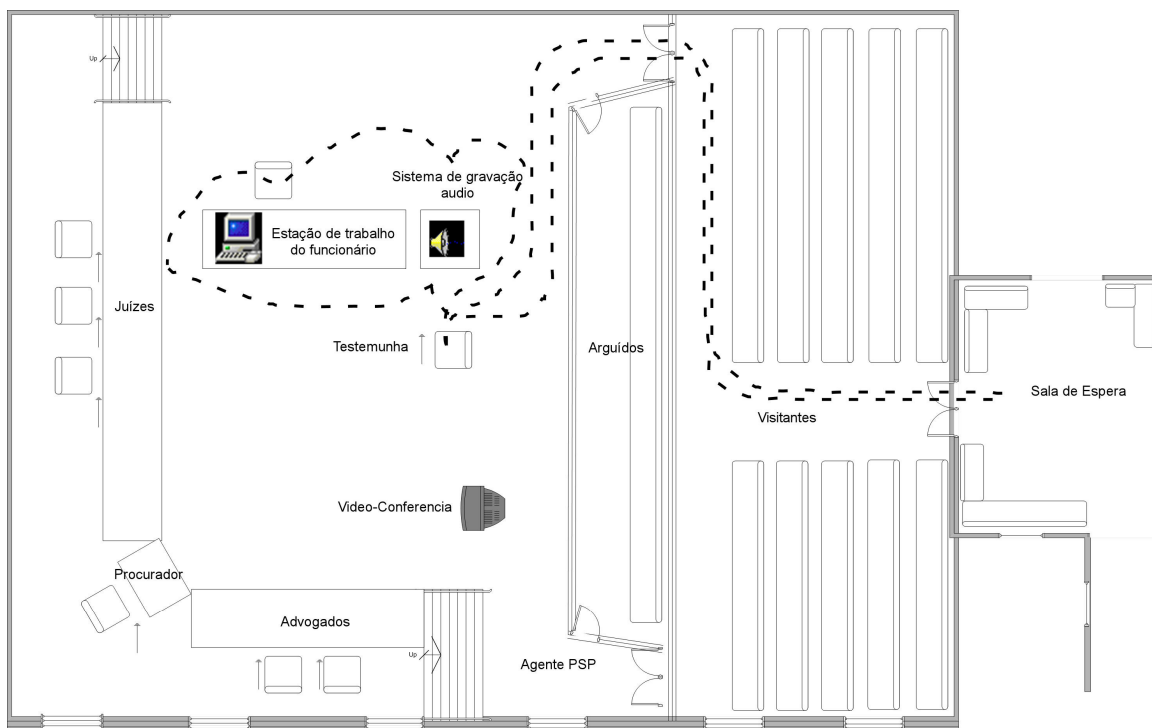


Mapa cultural

3.1.3.5 Mapas físicos



Mapa físico – Sala de Audiências da 5ª Vara Criminal do Tribunal da Boa Hora



Mapa físico – Sala de Audiências da 6ª Vara Criminal do Tribunal da Boa Hora

3.1.4 Anotações

J1	Juiz; coordena a sessão; dá ordem para gravar em audio; dá ordem para chamar testemunhas; intervém se necessário; questiona os advogados; pode questionar as testemunhas e os arguidos
----	--

J1 01	O juiz chega à sala e dá por iniciada a sessão
J1 02	Pede ao funcionário para que o sistema audio comece a funcionar
J1 03	P: O funcionário não poderia tratar do assunto por si, sem que seja necessário pedirem?
J1 04	É melhor não, pois podem haver partes da sessão que não interessem
J1 05	ID: O funcionário poderia ter formação suficiente para saber quando ligar e desligar o sistema audio

J1 06	O juiz necessita que um certo funcionário se apresente na sala
J1 07	Pede ao funcionário para se deslocar junto dele e indica-lhe qual a pessoa a contactar
J1 08	O funcionário ao regressar à sua secretária, após ter-se deslocado com o mínimo de barulho, telefona para a pessoa em causa
J1 09	P: O juiz não poderia ter contactado a pessoa directamente?
J1 10	Se tivesse algo que permitisse contacto para o exterior, sem que seja um telefone pois causa barulho
J1 11	ID: Um sistema de mensagens por computador, tipo MSN, seria muito útil

J1 12	O juiz necessita de alguma parte do processo que não está consigo em papel
J1 13	Pede ao funcionário para se deslocar a uma sala, por exemplo a de arquivos, para trazer essa parte
J1 14	O funcionário interrompe a sessão audio, desloca-se ao local e entrega a parte pedida ao juiz
J1 15	P: Apesar ser sempre necessário existir em papel todo o processo, não se pode ter tudo digitalizado?
J1 16	Isso demoraria muito tempo a fazer, o que consome também recursos humanos
J1 17	Mas abreviaria algumas sessões, e também permitiria a fácil pesquisa dentro de todo o processo
J1 18	ID: Então digitalizar o processo pode ser vantajoso

A1	Advogado; representa o cliente ou o estado; interroga as testemunhas e os arguídos; coordena com o juiz quem deve ser chamado
----	---

A1 01	O advogado requer uma nova testemunha na sala
A1 02	Indica ao juiz quem é a testemunha e o funcionário vai à sala de espera chamar-la
A1 03	Entetanto, a sessão foi interrompida
A1 04	P: Há maneira da testemunha já estar na sala de audiências antes de ser necessária a sua presença?
A1 05	Se a sala fôr grande podem lá estar todas as testemunhas
A1 06	ID: Ou então, e para evitar interromper a sessão, um sistema de aviso na sala de espera seria o ideal

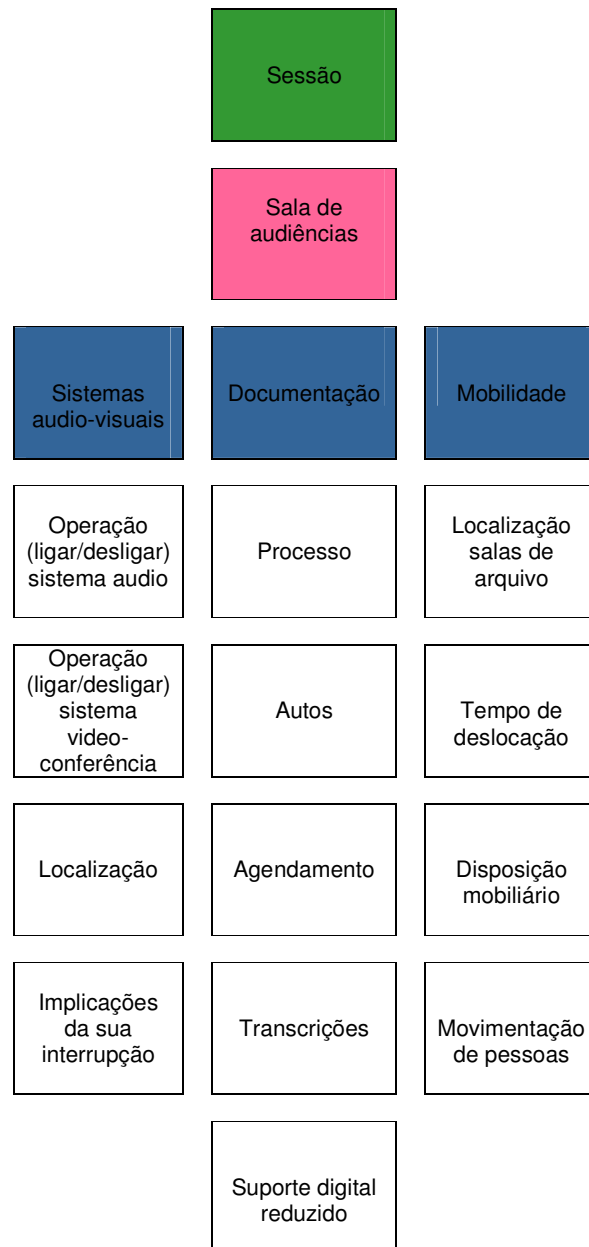
F1	Funcionário; gere o sistema de gravação audio por ordem do juiz; chama testemunhas; acompanha as testemunhas; efectua todo o tipo de movimentações necessárias dentro e fora da sala
----	--

F1 01	A sala é muito grande, e quando é preciso que alguém se mova demora sempre mais tempo
F1 02	De qualquer maneira é preciso movimentar as pessoas
F1 03	Pode-se obrigar as pessoas estarem em certas posições que abreviem todo o processo
F1 04	Ou então dispôr o mobiliário por forma a facilitar as movimentações
F1 05	Isso iria causar muita confusão, pois juízes, advogados e funcionários já estão habituados a um certo <i>layout</i>

3.1.5 Consolidação de dados

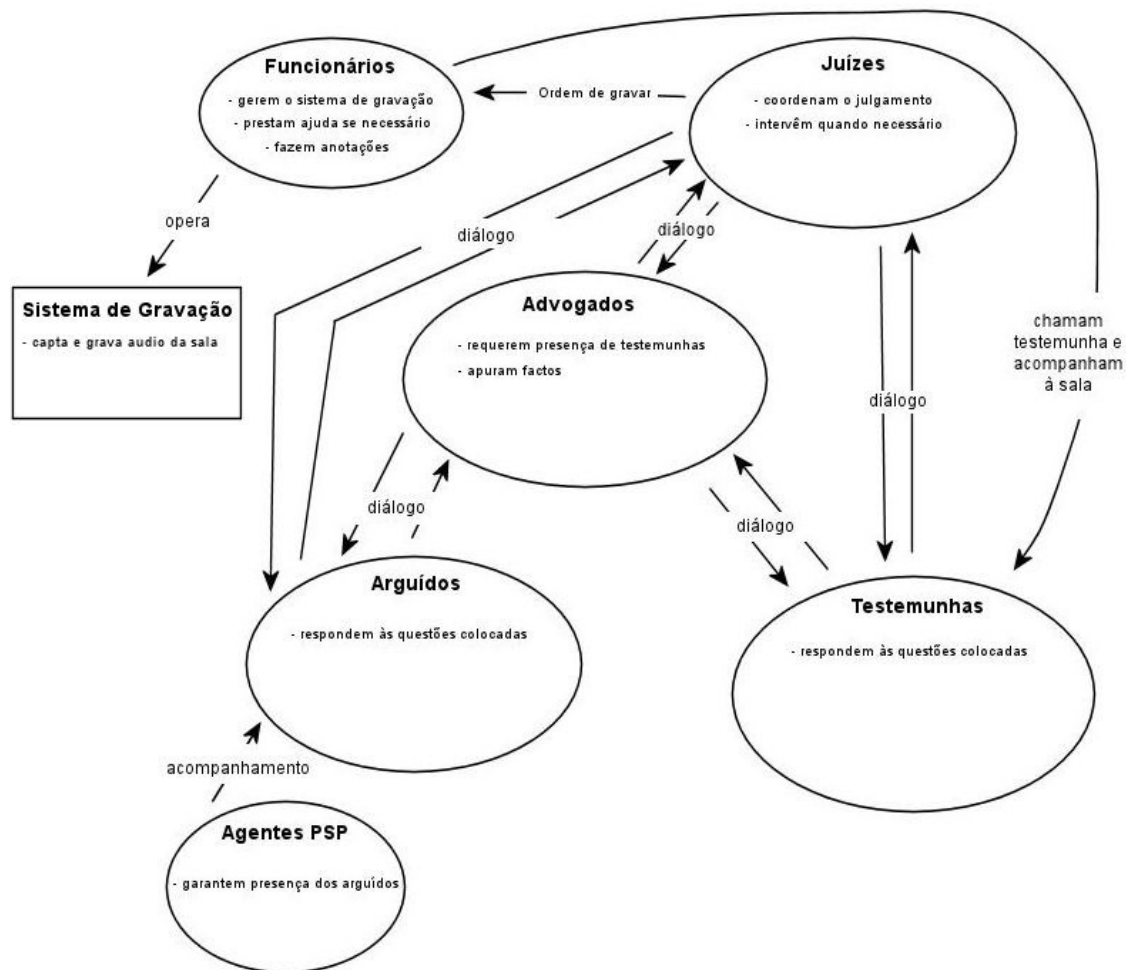
A fase de consolidação baseou-se apenas nas observações feitas in-loco no tribunal da Boa Hora, em Lisboa. Pelo tema escolhido para o projecto se tratar da organização de uma sala de audiências entendemos que as entrevistas efectuadas apenas nos irão fornecer posteriormente os condicionantes e procedimentos que não poderão ser alterados, embora parte seja utilizado no diagrama de afinidades.

3.1.6 Diagrama de afinidades



3.1.7 Mapas consolidados

3.1.7.1 Mapa de fluxos



Mapa de fluxos – a interacção de uma sala de audiências

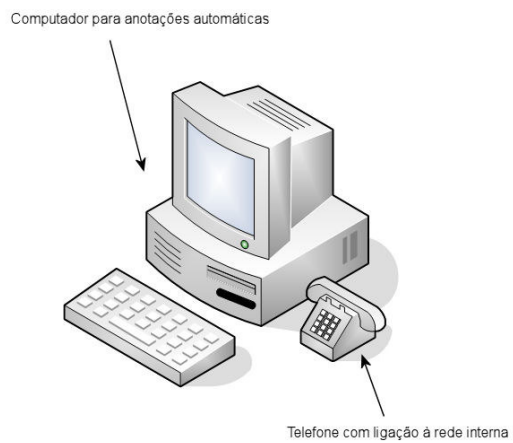
3.1.7.2 Mapa de recorrências

ACTIVIDADE	INTENÇÃO	PASSO ABSTRACTO
Trazar à sala algo necessário	<ul style="list-style-type: none"> • Prosseguir com a sessão • Consultar material 	<ul style="list-style-type: none"> • Trigger: trazer à sala algo necessário <ul style="list-style-type: none"> - feito a pedido - quando se evidencia necessário
Interromper a gravação	<ul style="list-style-type: none"> • Interromper a sessão • Tornar mais fácil a consulta da gravação 	<ul style="list-style-type: none"> • Parar o sistema
Obter o necessário	<ul style="list-style-type: none"> • Poder chamar ou obter o que foi pedido • É necessária a sua presença na sala 	<ul style="list-style-type: none"> • Ir até ao local onde a pessoa ou material está ou pode ser chamado • Trazer a pessoa ou material até à sala de audiências
Retomar a gravação	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir que a sessão está a ser gravada 	<ul style="list-style-type: none"> • Ligar o sistema

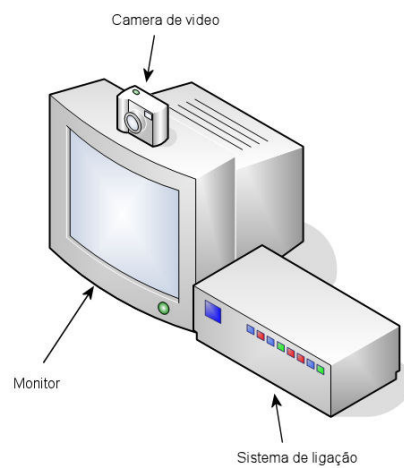
ACTIVIDADE	INTENÇÃO	PASSO ABSTRACTO
Dialogar com nova testemunha	<ul style="list-style-type: none"> • Prosseguir com a sessão • Obter novas informações 	<ul style="list-style-type: none"> • Trigger: a testemunha está presente
Recolher dados	<ul style="list-style-type: none"> • Obter dados pessoais de cada pessoa • Garantir que a pessoa presente é a necessária 	<ul style="list-style-type: none"> • Tomar nota dos dados da testemunha
Efectuar juramento	<ul style="list-style-type: none"> • Colocar a testemunha sob juramento • Causar impacto moral 	<ul style="list-style-type: none"> • Recitar a fórmula do juramento
Retomar a gravação	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir que a sessão está a ser gravada 	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar que o sistema está a funcionar

ACTIVIDADE	INTENÇÃO	PASSO ABSTRACTO
Marcar nova audiência	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar a sessão noutro dia 	<ul style="list-style-type: none"> • Trigger: a sessão chegou ao fim e é necessário marcar uma nova
Interromper a gravação	<ul style="list-style-type: none"> • Interromper a sessão • Tornar mais fácil a consulta da gravação 	<ul style="list-style-type: none"> • Parar o sistema
Escolher data	<ul style="list-style-type: none"> • Obter uma data e hora que seja possível efectuar uma nova sessão 	<ul style="list-style-type: none"> • Procurar em agenda por períodos de sessões livres
Marcar sessão	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir que todas as partes podem estar presentes • Garantir a continuidade do processo numa outra sessão 	<ul style="list-style-type: none"> • Obter acordo entre advogados e juízes • Marcar nova sessão
Informar testemunhas	<ul style="list-style-type: none"> • Transmitir data e hora acordada para a nova sessão 	<ul style="list-style-type: none"> • Informar as testemunhas e os arguidos quando a próxima sessão terá lugar

3.1.7.3 Mapa de artefactos

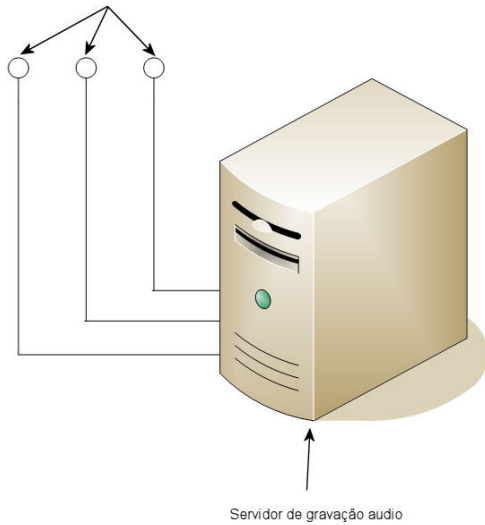


Posto de trabalho do funcionário



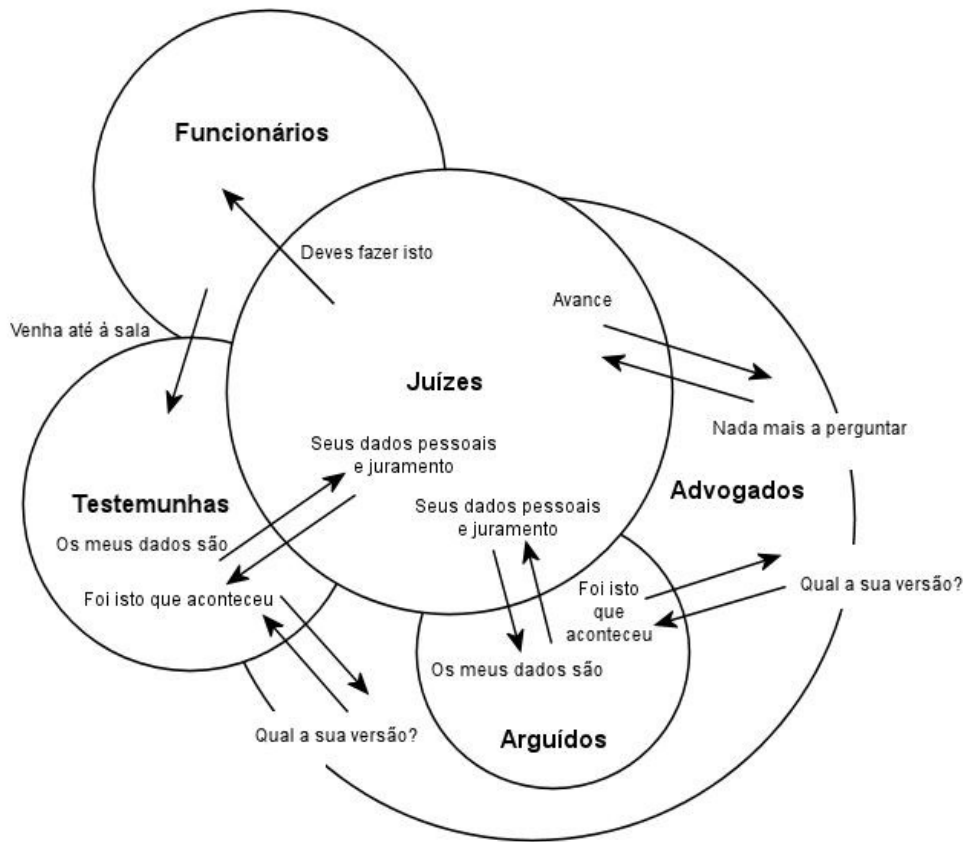
Sistema de Video-Conferência

Microfones de captação audio espalhados pela sala em locais chave

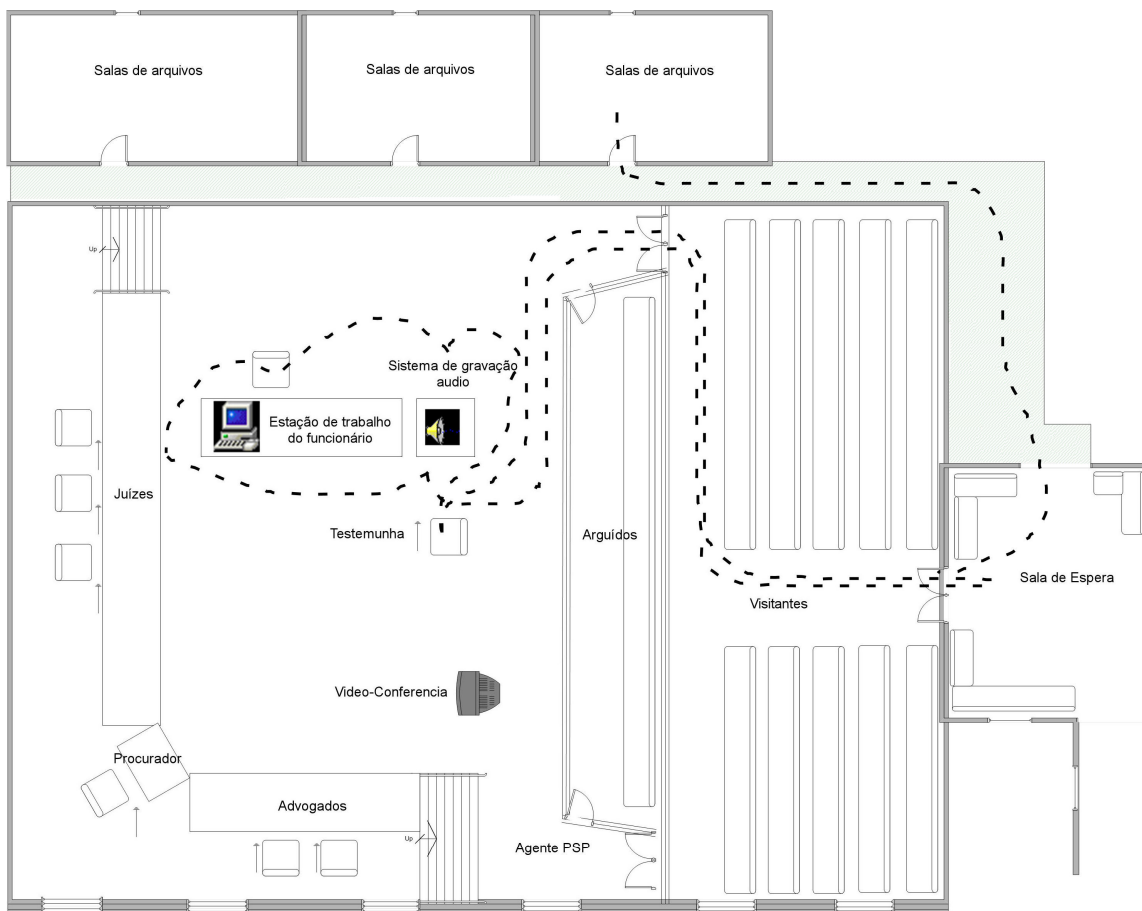


Sistema de gravação audio

3.1.7.4 Mapa cultural



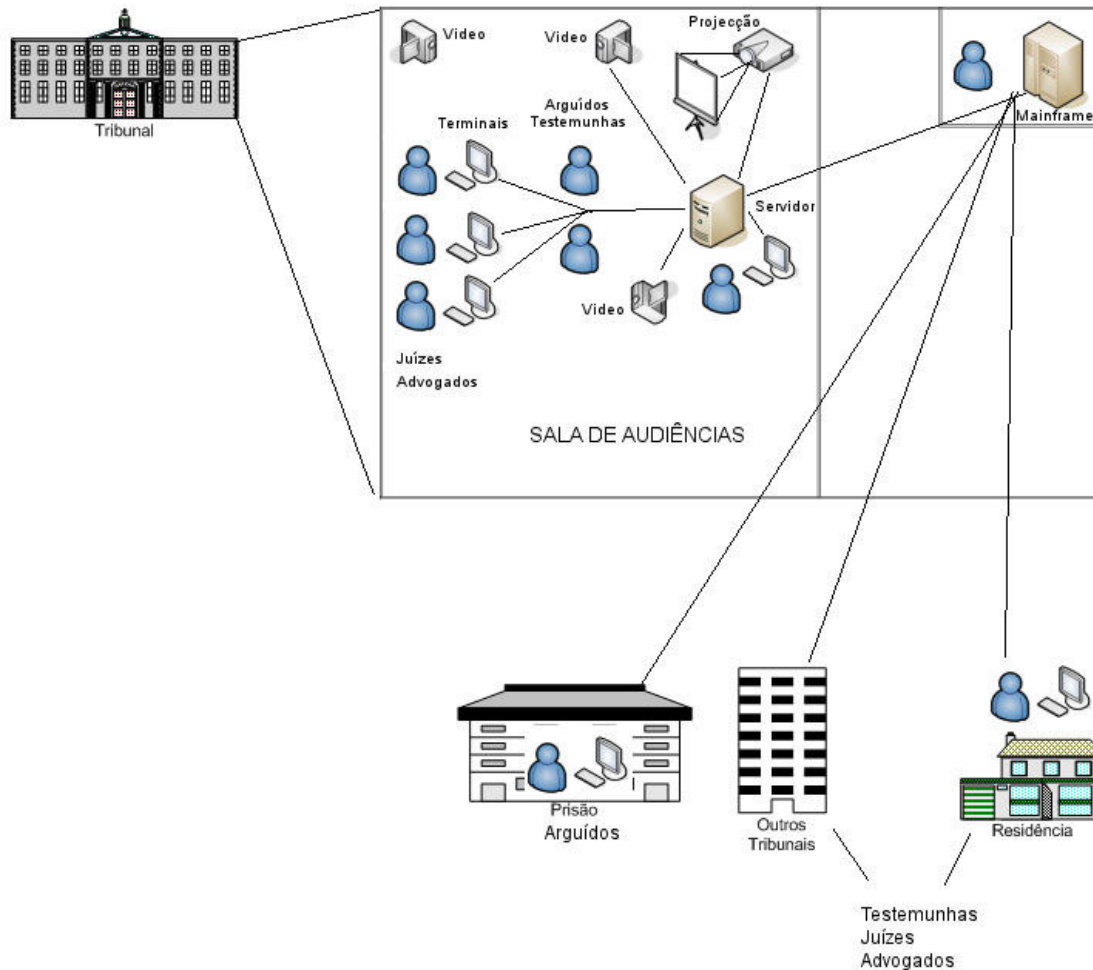
3.1.7.5 Mapa físico



3.2 Inovação

3.2.1 Visões do sistema

E-Justice (E-Banking)



Justiça através da internet, ou rede dedicada.

O colectivo de juizes de um tribunal pode ser constituído por varios juizes de diferentes comarcas, permitindo que aqueles com menor carga de trabalho, caso de juizes do interior, possam ajudar nas grandes cidades.

Os juizes poderão estar em casa, ou no escritorio, assim como os advogados, e as testemunhas. Quanto aos arguidos, àqueles em prisão preventiva, evita-se que tenham de sair da prisão, poupando forças de segurança, tempo e dinheiro.

Utiliza-se a video-conferência em larga escala, com gravação audio-visual de tudo o que se passa na sala de audiências. Um sistema de reconhecimento de voz, que transcreve automaticamente tudo o que é dito, é usado para facilitar a procura posterior de alguma parte da sessão.

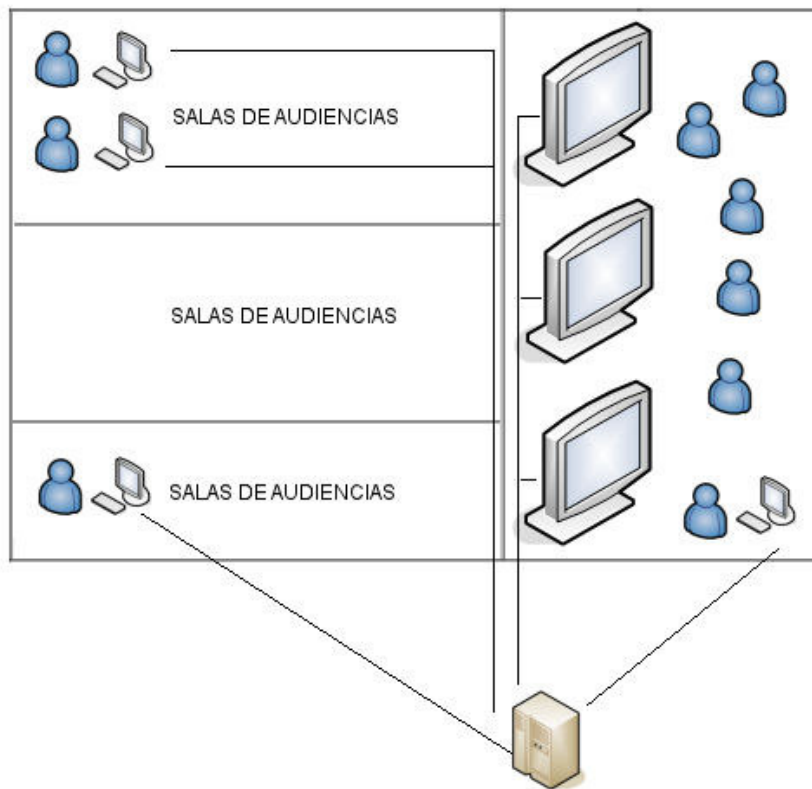
Todas as partes processuais são convertidas em formato digital, tornando o seu acesso possível independentemente da localização. Toda a sessão é gravada.

A segurança utilizada implica assinaturas digitais, reconhecimento de impressões digitais, retina, etc.

Tecnologia utilizada:

Mainframes, Servidores, Camaras Video, Microfones, Projector, Terminais, Webcams, Rede dedicada, Scanners, reconhecimento de retina e impressões digitais.

Urgências



Tal como numa sala de urgências de um hospital, pede-se uma consulta "na altura". A analogia é simples. Com base em ecrãs gigantes na entrada, pode-se saber quais as salas em funcionamento, que sessões estão a decorrer e quais as próximas.

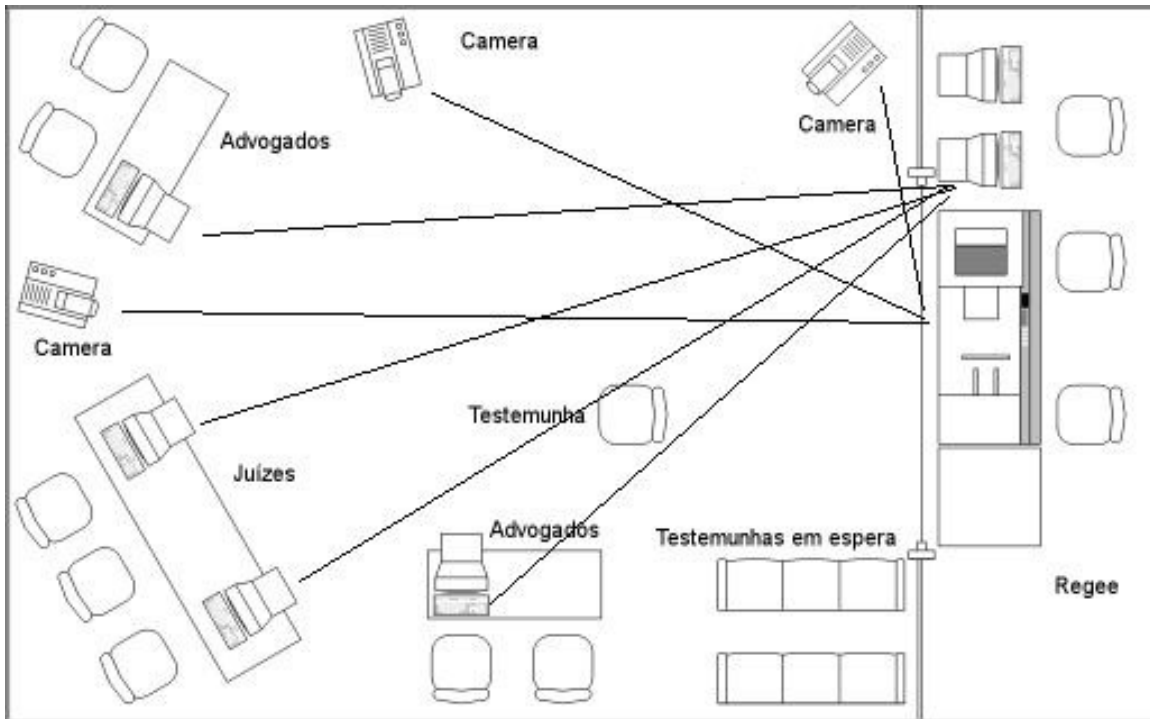
Os casos que foram sujeitos a marcação têm, naturalmente, prioridade.

No entanto, caso haja casos menores (repartição de bens, divórcios, etc) existem salas livres já prontas para receber novos processos. Os advogados, testemunhas e arguidos, mencionam "na altura" a sua intenção de requerer um julgamento, e logo que disponível são encaminhados para uma sala disponível. Todas as peças processuais, provas, etc, são, no acto do requerimento, introduzidas no sistema, já em formato digital, para que os juízes as possam consultar.

Tecnologia utilizada:

Ecrãs gigantes, Terminais, Servidores.

Estúdio Televisivo



A ideia é organizar uma sala tal como um estúdio de televisão. Todas as pessoas que serão consultadas durante a sessão (testemunhas, arguidos, juizes, advogados) estão presentes na sala, não sendo necessário interromper a sessão para que sejam chamadas.

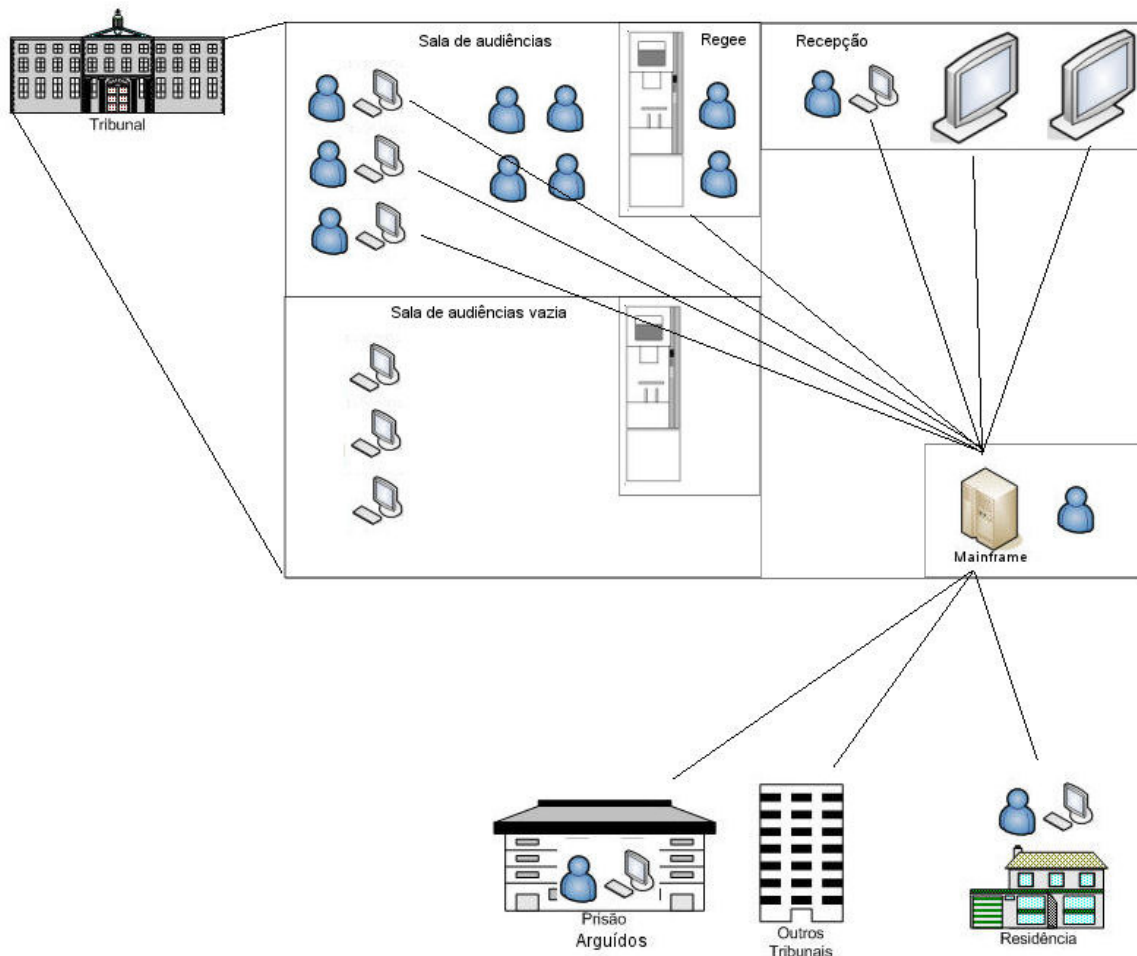
A disposição do mobiliário é importante, pois todos os intervenientes devem ter visibilidade mútua, e a mobilidade deve ser facilitada.

Existe todo um sistema audio-visual utilizado para a gravação da sessão, suporte digital das provas e partes processuais (teleponto). Operadores de sistema (regee) garantem que toda a informação é captada e arquivada, bem como o suporte digital é fornecido correctamente nos terminais.

Tecnologia utilizada:

Regee de controlo vídeo, Terminais, Servidores, Camaras Vídeo.

Visão Final



Com base nas visões atrás apresentadas, compilamos de seguida o que achamos relevante e benéfico, criando uma visão única e inovadora.

A organização da sala é importante, pois terá de permitir a mobilidade de quem a utiliza, eliminando quebras.

O conceito de "sala virtual" apresentado na visão "E-Justice" tem muitos pontos positivos pelo que é utilizada quase na sua totalidade. Permite que a sala de audiências possa nem ser utilizada, estando todos os intervenientes espalhados fisicamente noutros locais.

A ideia da "regee" da visão do "Estúdio Televisivo" visa centrar os serviços de apoio durante uma sessão, excluindo a necessidade que funcionários jurídicos estejam presentes na sala. O apoio digital da documentação será tratado por estes, encaminhando qualquer pedido para os terminais necessários. Operadores de sistema em cada sala garantem a captação video e audio de toda a sessão.

A "Urgências" dá-nos a ideia da justiça rápida, informativa, e organizada. Os painéis informativos à entrada do tribunal facilitam a localização de sessões, salas livres, e agendamento para o dia.

Existe todo um sistema software de ligação entre tribunais, agendamento de salas, armazenamento de toda a informação do processo.

Tecnologia utilizada:

Mainframes, Servidores, Camaras Video, Microfones, Projector, Terminais, Webcams, Rede dedicada, Scanners, reconhecimento de retina e impressões digitais, Ecrãs gigantes, Regee de controlo vídeo.

3.2.2.1 Mapa de fluxos



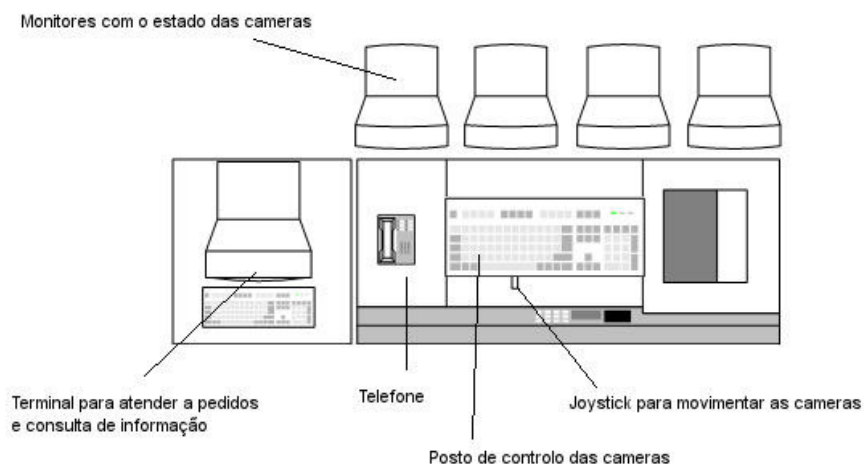
3.2.2.2 Mapa de recorrências

ACTIVIDADE	INTENÇÃO	PASSO ABSTRACTO
Trazar à sala algo necessário	<ul style="list-style-type: none">• Prosseguir com a sessão• Consultar material	<ul style="list-style-type: none">• Trigger: trazer à sala algo necessário<ul style="list-style-type: none">- feito a pedido- quando se evidencia necessário
Obter o necessário	<ul style="list-style-type: none">• Poder obter o que foi pedido• É necessária a sua presença na sala	<ul style="list-style-type: none">• Fazer o pedido no sistema• Consultar o material

ACTIVIDADE	INTENÇÃO	PASSO ABSTRACTO
Dialogar com nova testemunha	<ul style="list-style-type: none">• Prosseguir com a sessão• Obter novas informações	<ul style="list-style-type: none">• Trigger: a testemunha está presente
Recolher dados	<ul style="list-style-type: none">• Obter dados pessoais de cada pessoa• Garantir que a pessoa presente é a necessária	<ul style="list-style-type: none">• Verificar através do sistema de autenticidade que a pessoa é realmente quem devia ser
Efectuar juramento	<ul style="list-style-type: none">• Colocar a testemunha sob juramento• Causar impacto moral	<ul style="list-style-type: none">• Recitar a fórmula do juramento

ACTIVIDADE	INTENÇÃO	PASSO ABSTRACTO
Marcar nova audiência	<ul style="list-style-type: none">• Continuar a sessão noutro dia	<ul style="list-style-type: none">• Trigger: a sessão chegou ao fim e é necessário marcar uma nova
Pedir data	<ul style="list-style-type: none">• Obter nova data	<ul style="list-style-type: none">• Pedir ao sistema uma nova sessão
Marcar sessão	<ul style="list-style-type: none">• Garantir que todas as partes podem estar presentes• Garantir a continuidade do processo numa outra sessão	<ul style="list-style-type: none">• Obter acordo entre advogados e juizes• Marcar nova sessão
Informar testemunhas	<ul style="list-style-type: none">• Transmitir data e hora acordada para a nova sessão	<ul style="list-style-type: none">• Informar as testemunhas e os arguidos quando a próxima sessão terá lugar

3.2.2.3 Mapa de artefactos



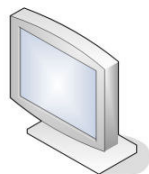
Regee



Terminal existente nas salas

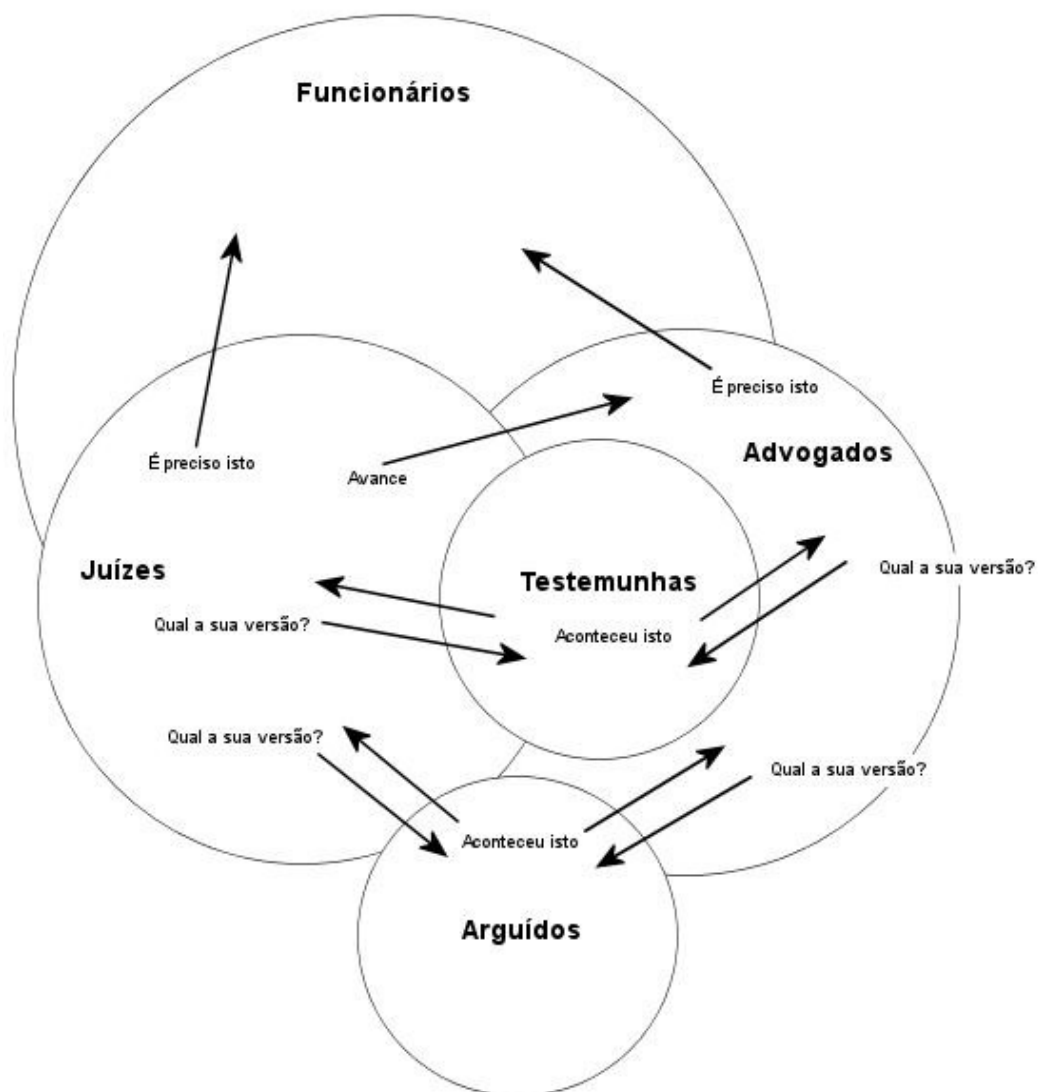


Sistema de captação áudio-visual

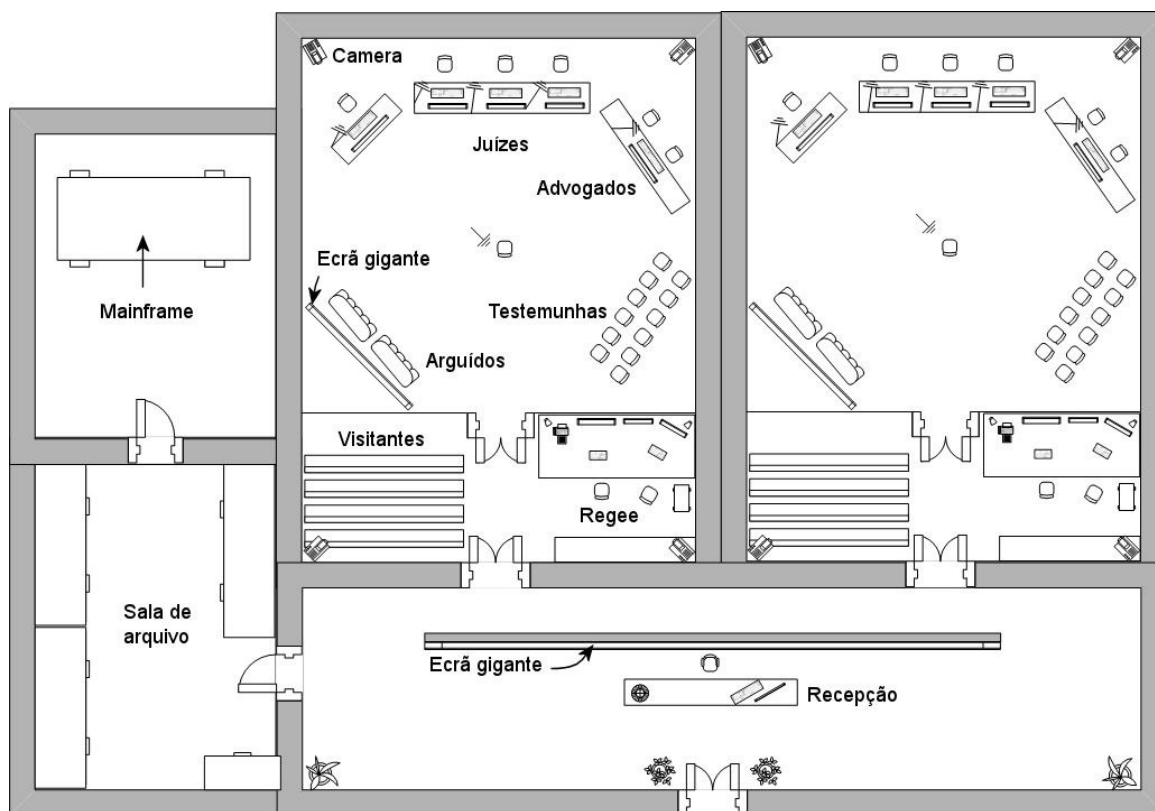


Monitores para projecção áudio-visual

3.2.2.4 Mapa cultural



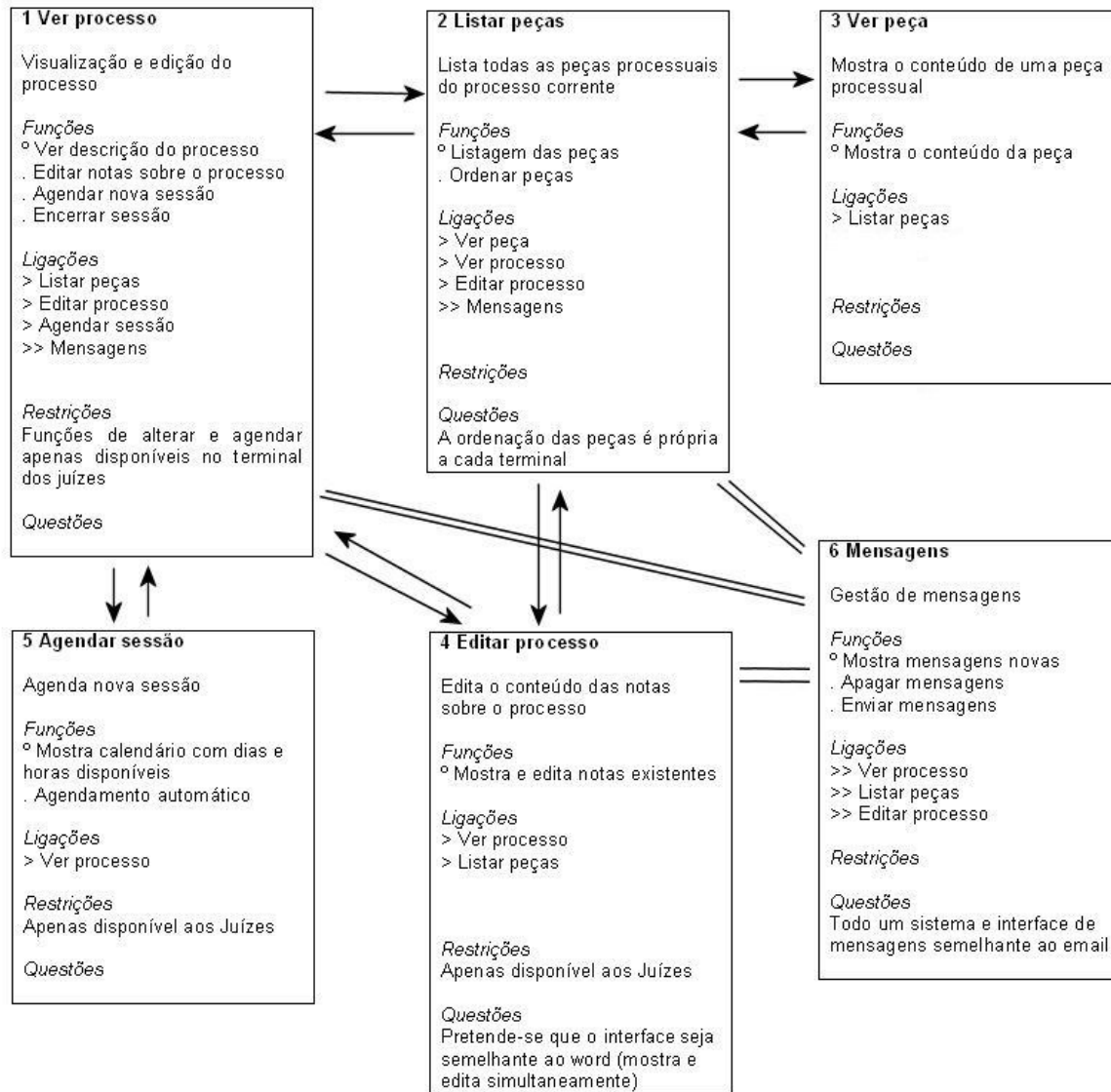
3.2.2.5 Mapa físico



Tribunal

3.3 Desenho do sistema

3.3.1 Diagrama UED



UED do software existente nos terminais dentro da sala de audiências

3.3.2 Análise da coerência e estrutura do UED

A intenção do sistema criado para os terminais dentro da sala de audiências visa resolver alguns problemas, quanto a nós graves, responsáveis por muitos dos atrasos durante uma sessão.

O suporte em formato digital das peças processuais (provas, deliberações, etc) vem em muito permitir uma busca rápida aos textos e uma indexação organizada.

O software permite também o agendamento de sessões, automático ou manual, bem como um serviço de mensagens, evitando interrupções e barulho.

O UED está organizado de forma a que as funções essenciais estejam facilmente acessíveis, com o cuidado de evitar o “percurso” por todo o sistema para poder usar determinada função. A sua organização é intuitiva para o utilizador.

Como qualquer sistema, irá requerer formação e um período de adaptação, após o qual a sua utilização melhore o funcionamento dos procedimentos da sala.

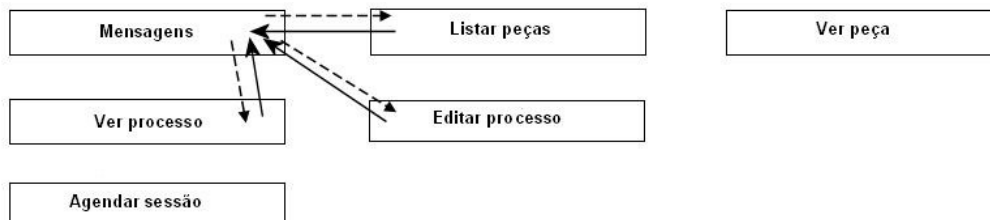
3.3.3 Storyboard



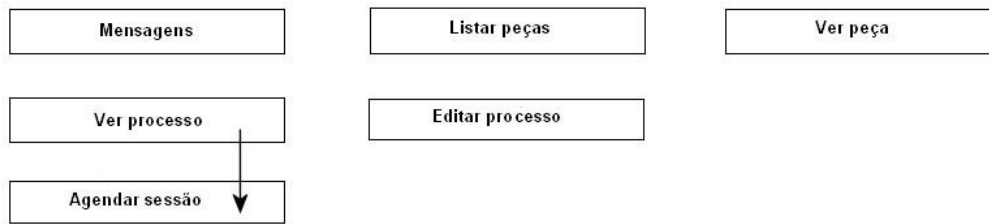
Como chegar a uma peça processual



Como editar um processo



Onde está o centro de mensagens acessível



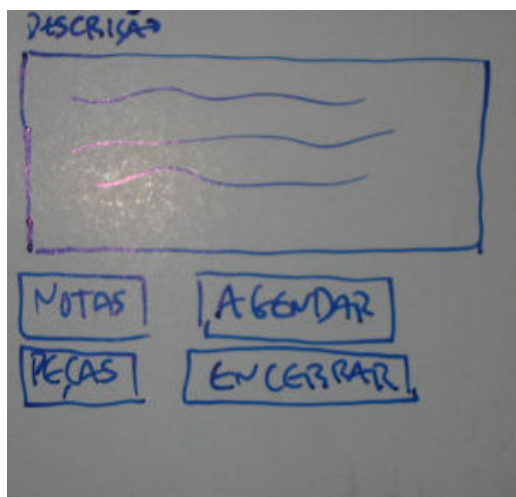
Como chegar ao agendamento de uma nova sessão

3.4 Protótipo

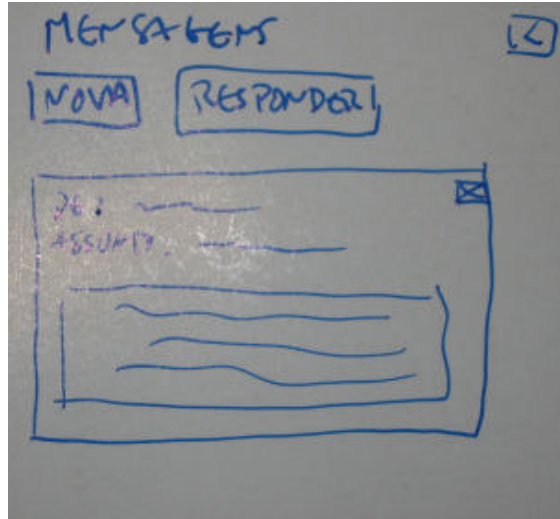
3.4.1 Cartões



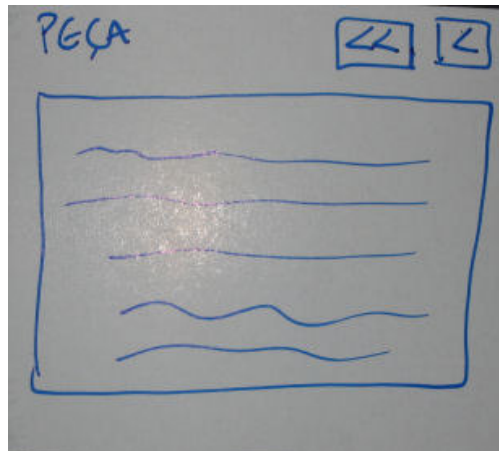
Ecrã Principal



Interface inicial



Interface de Mensagens



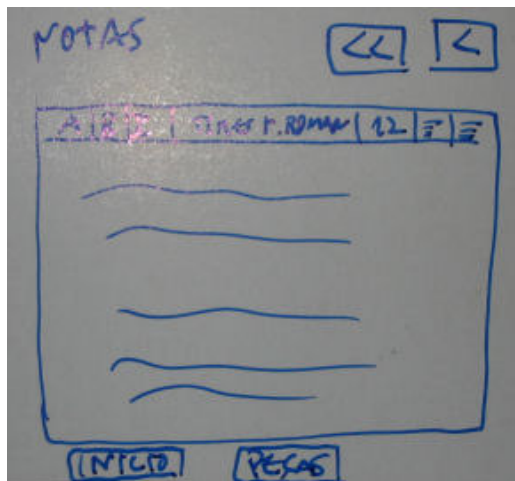
Visualização do conteúdo de peças processuais

PEÇAS

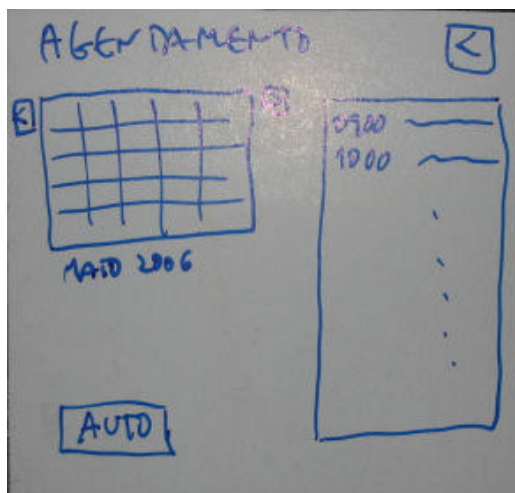
TIPO	ORIGEM	DESCRIÇÃO
PROVA	DECLARAÇÃO	FACTURA
:	:	:
:	:	:
:	:	:

NOTAS

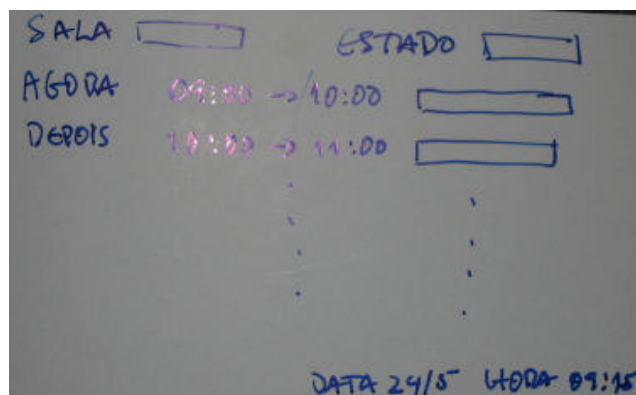
Listagem de peças processuais



Edição de notas

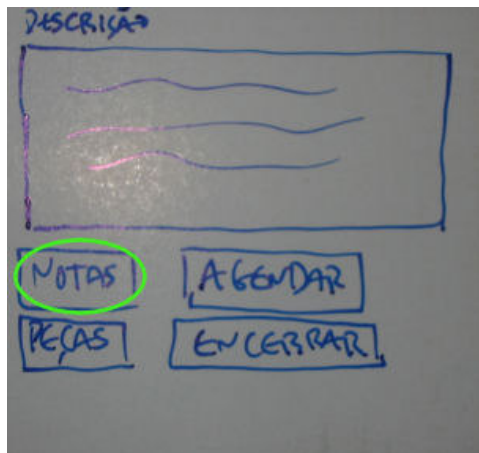


Interface de agendamento

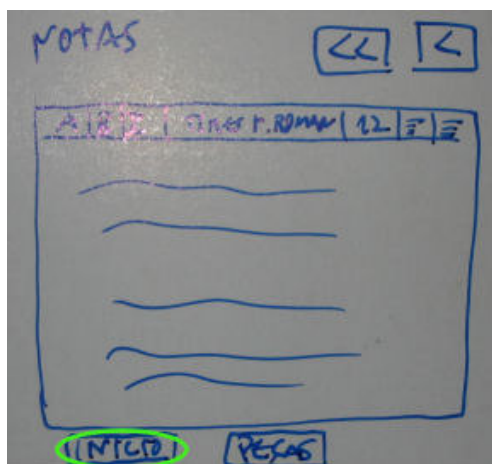


Painel informativo da recepção

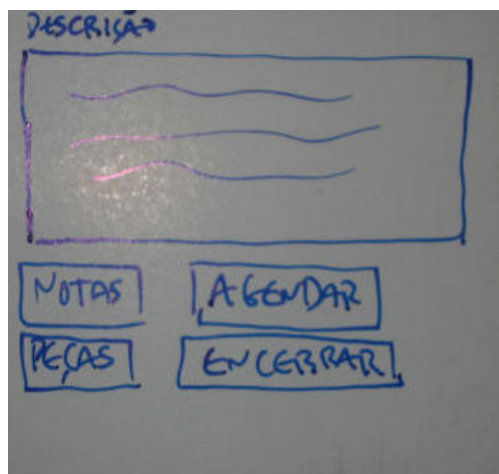
3.4.2 Exemplos de storyboards com o protótipo



No ecrã inicial é necessário editar as notas. Clica-se no botão respectivo



É apresentado o devido interface, onde após a conclusão de edição, deseja-se voltar ao início.
As notas alteradas são gravadas automaticamente.



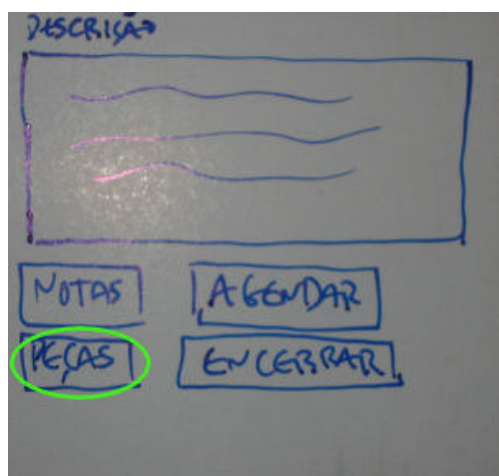
E voltamos ao início.



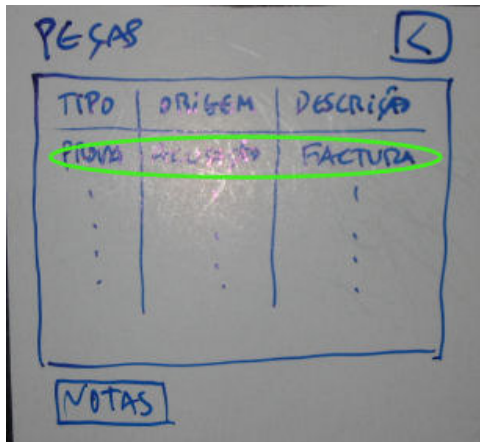
A dada altura alguém envia-nos uma mensagem.
O interface de mensagens aparece automaticamente.



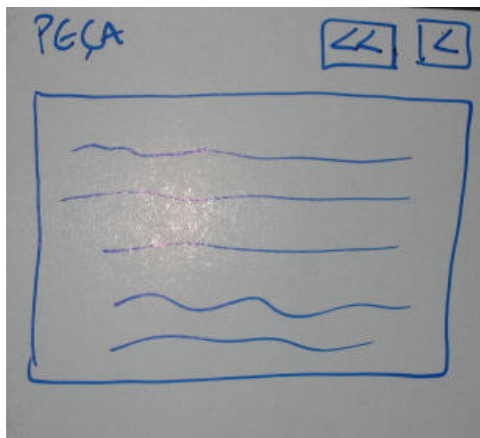
Depois de tratada a mensagem, volta-se ao início, ou onde se estava clicando no botão de retroceder.



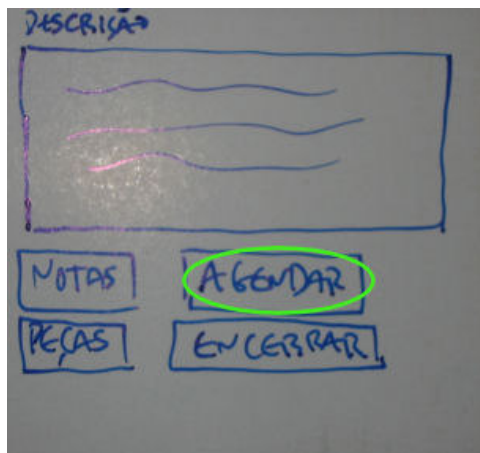
De volta ao ecrã inicial, é necessário consultar uma peça processual.
Clica-se no respectivo botão.



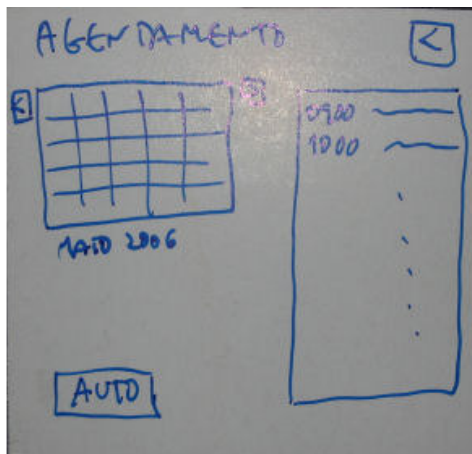
O interface de listagem de peças aparece.
Para aceder a uma das peças basta clicar na linha respectiva.



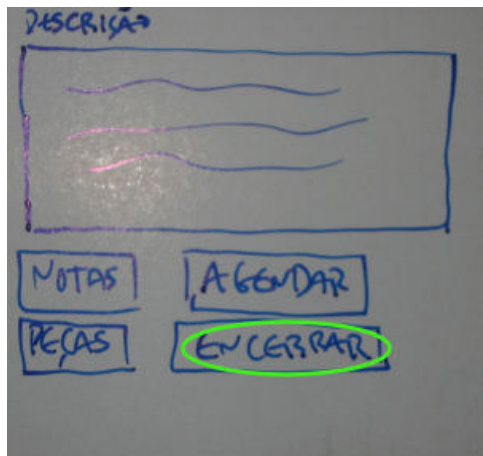
Após consultar a peça, aqui apresentada, pode-se voltar atrás, clicando nos botões ou premindo Esc.



Terminada a sessão é necessário agendar uma nova.



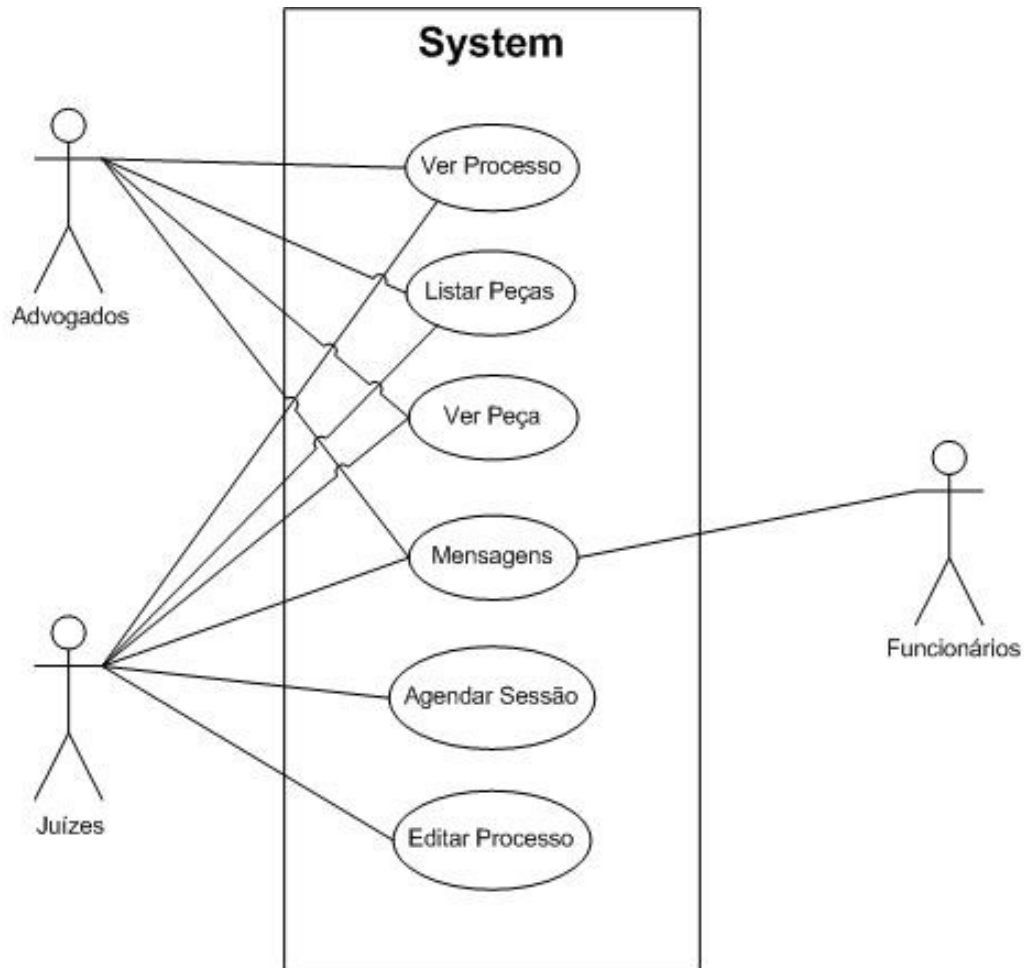
No interface de agendamento pode-se marcar ou pedir ao sistema que marque uma automaticamente.



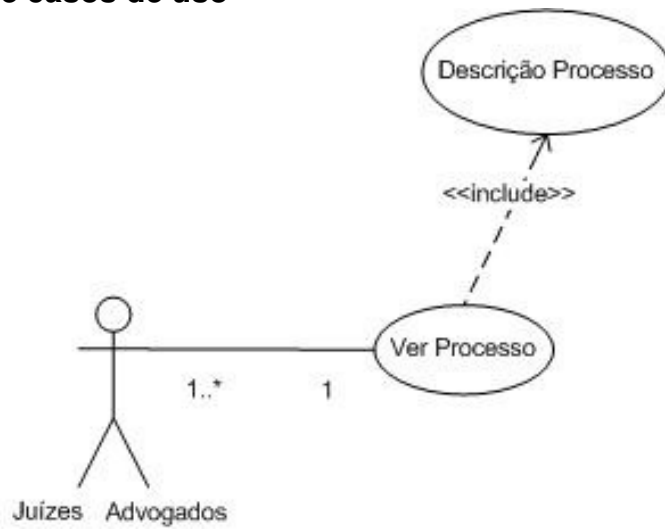
Após concluído o agendamento, encerra-se a sessão.

4 Engenharia do software

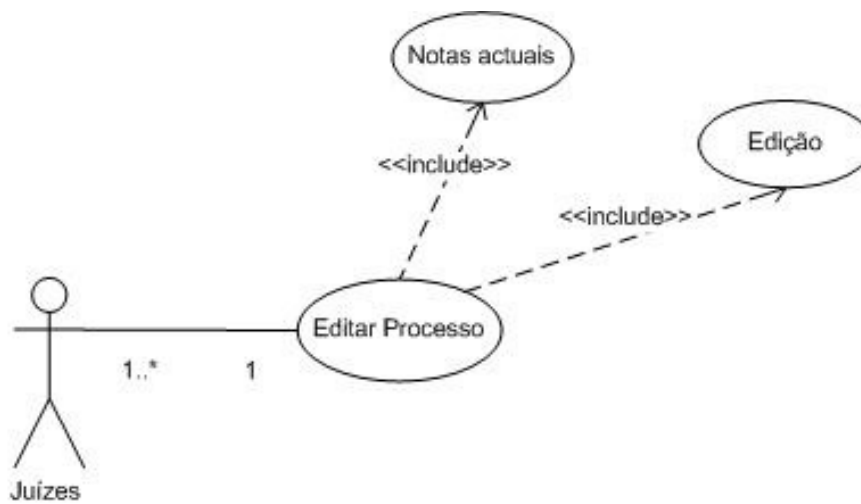
4.1 Diagrama de contexto



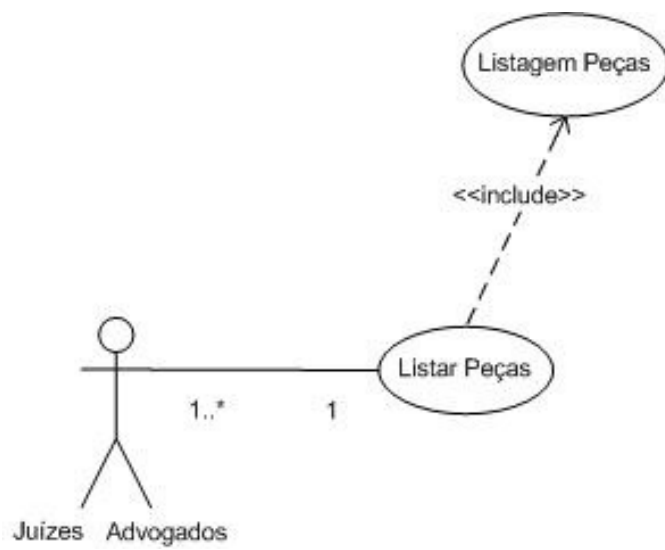
4.2 Diagramas de casos de uso



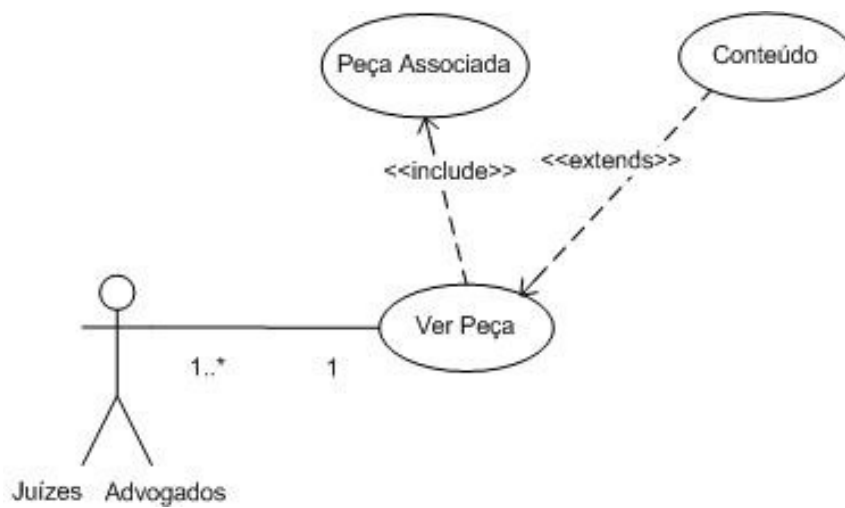
Ver processo



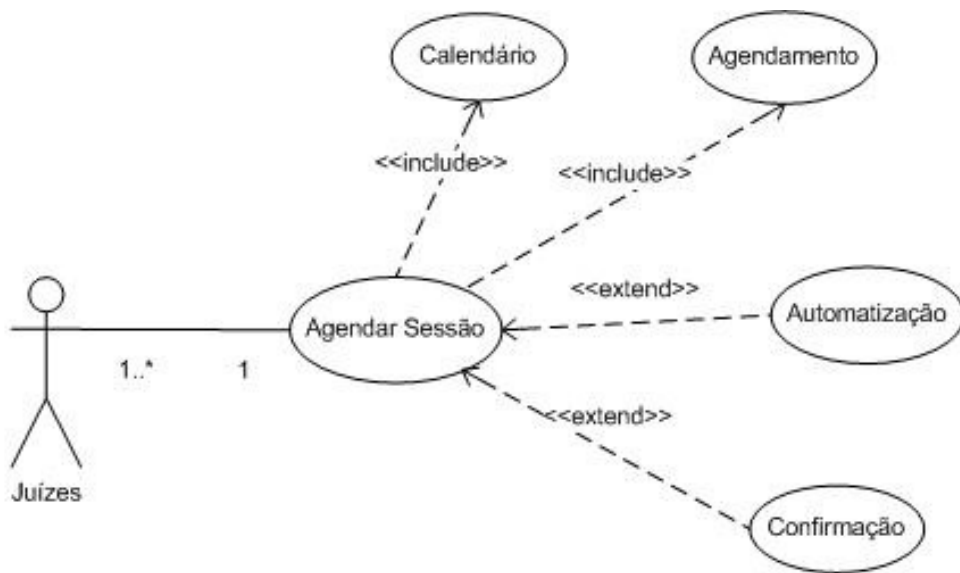
Editar processo



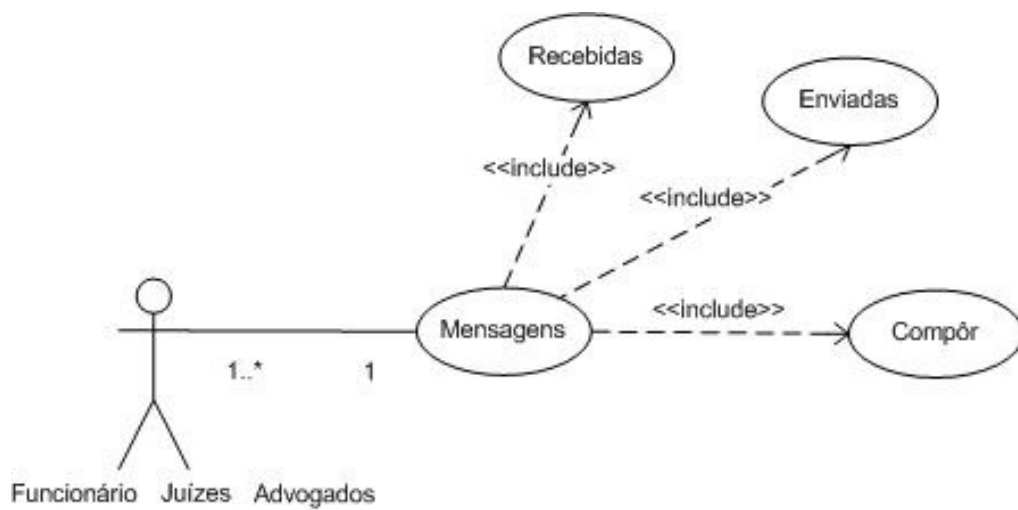
Listar peças



Ver peça

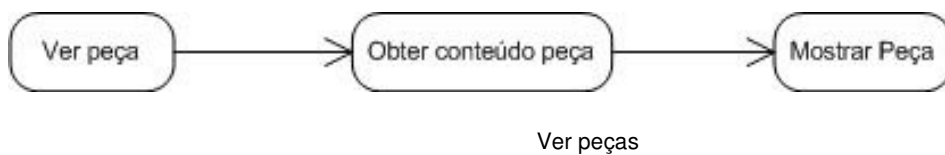
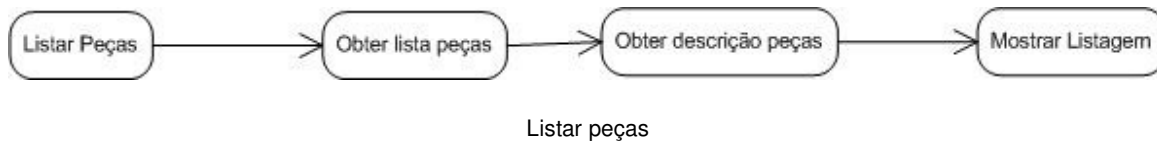
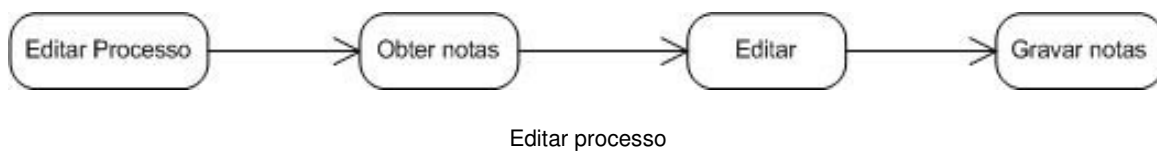
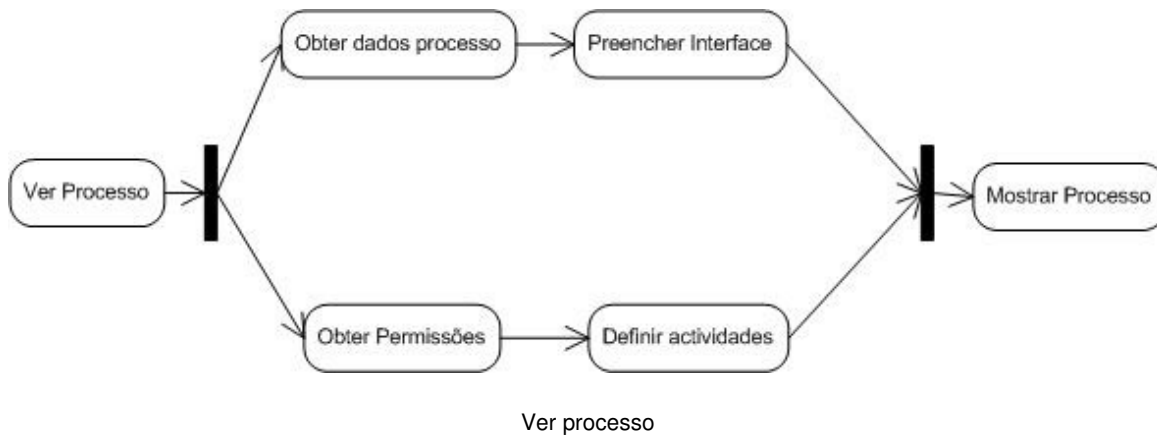


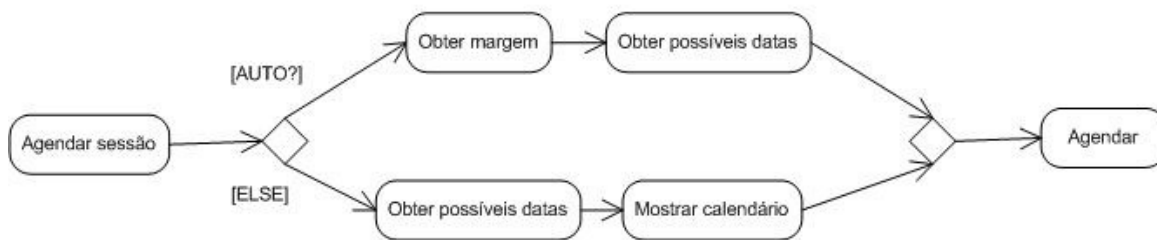
Agendar



Mensagens

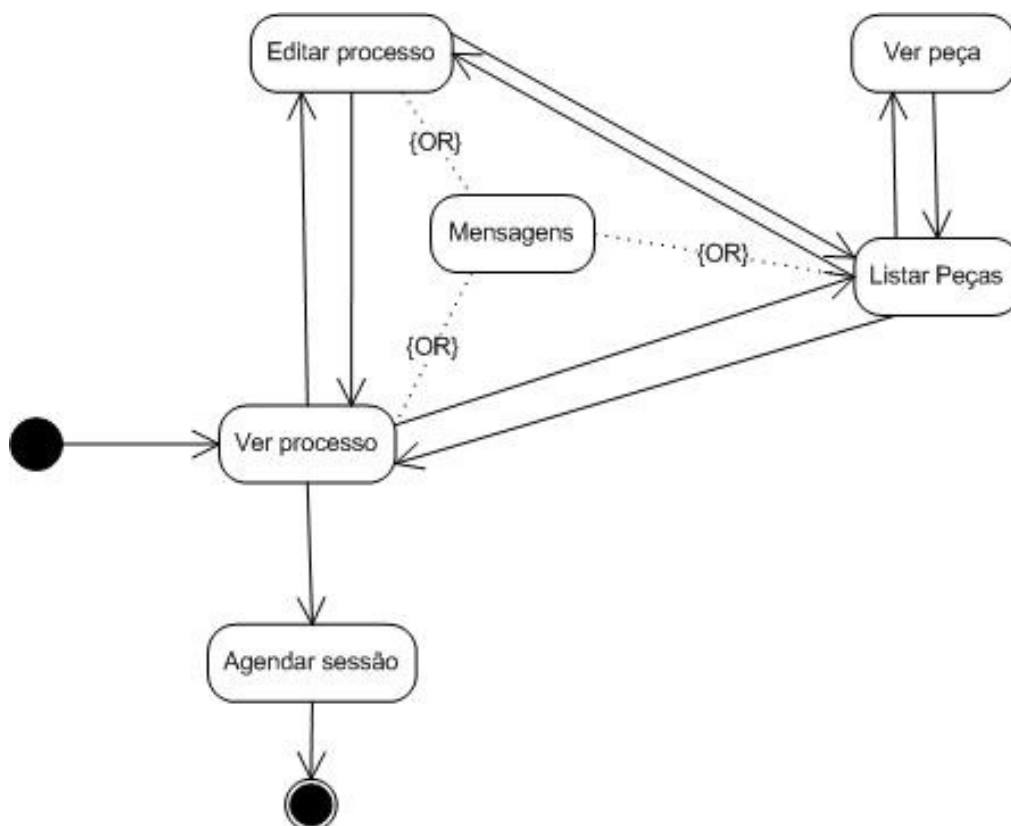
4.3 Diagramas de actividades



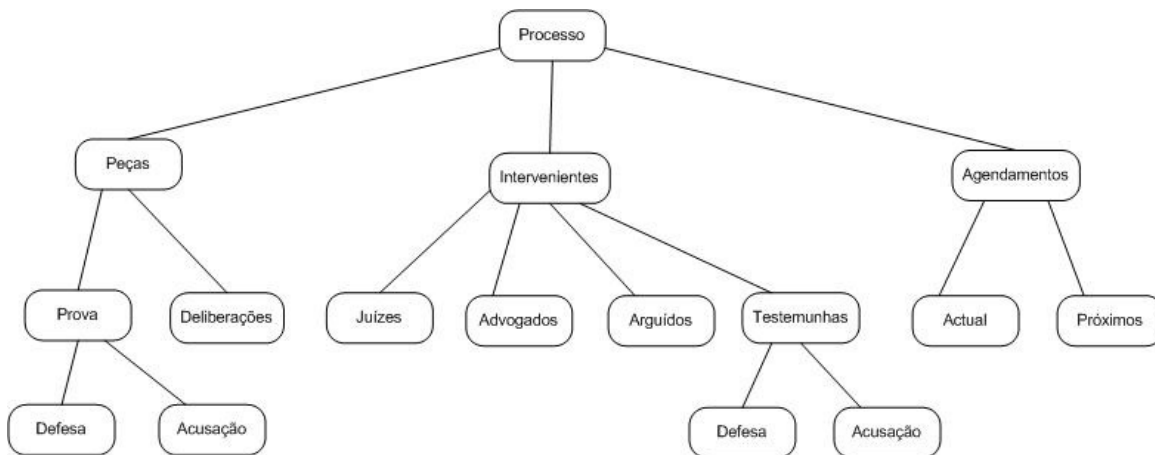


Agendar nova sessão

4.4 Diagramas de estados



4.5 Diagramas de classes



4.6 Diagramas de interacções

